

**É PRECISO ESTAR, É PRECISO RESISTIR; NÃO CAPITULAR**

**spn**  
INFORMAÇÃO

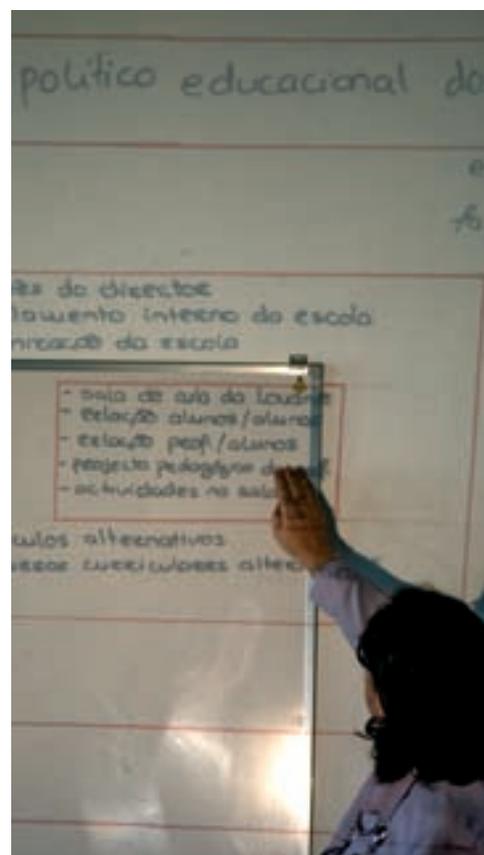
# Palavras...

Todos os dias usamos palavras. Para informar, interrogar, alertar, apelar, expressar emoções. Mas vivemos dias em que as nossas palavras esbarram, quantas vezes, contra os muros da arrogância e da indiferença. Por isso, elas parecem gastas e tornam o simples acto de as produzir um exercício penoso, porque aparentemente inútil e destituído de sentido.

A educação tem sido um campo fértil para o (ab)uso de palavras. Do lado do Poder, o discurso é cada vez mais esmaltado de *racionalidade* e *eficiência*, erigidas à dimensão de alfa e ómega da política educativa. A sua assunção como linhas orientadoras é visível em múltiplas áreas do sistema educativo, nomeadamente nas medidas de reordenamento da rede escolar, em curso.

Em nome da racionalidade e de critérios administrativos, têm encerrado milhares de escolas, e cada vez mais paira a interrogação sobre que país herdarão os nossos filhos: um país desequilibrado, com o interior desertificado e o litoral crescentemente pressionado; um país conformado com determinismos geográficos, demográficos, económicos, sociais e políticos, que nos procuram justificar como natural que o futuro não passa pelas escolas nas zonas rurais, mortas ou em lenta agonia. Como costuma dizer a ministra da Educação, se o futuro é este, não serão as escolas que o poderão evitar. E no entanto...

**Num momento em que parece que tudo foi dito, em que a realidade se vai compondo de forma inexorável, em muitos casos contra tudo e contra todos, há notícias que furam o bloqueio e, só por si, desmentem e desmontam todo o cenário criado para justificar algumas decisões.**



Ana Alvim

Referimo-nos à notícia de que a EB2,3 Padre Agostinho Caldas Afonso, em Pias (Monção), foi distinguida com um prémio internacional de qualidade educativa, atribuído por uma entidade não governamental – o Conselho Ibero-americano em Honra da Qualidade Educativa. Notícia surpreendente para muitos, que persistem em traçar quadros de catástrofe sobre o trabalho desenvolvido na escola pública, mas mais surpreendente quando é sabido que esta escola integra a lista das que irão encerrar no próximo ano lectivo.

Perante a imposição, a autarquia e toda a comunidade educativa insurgiram-se e apresentaram argumentos baseados na realidade da escola: níveis de aproveitamento superiores à média nacional, taxa zero de abandono escolar, boas instalações e bons equipamentos. Em vez do justo reconhecimento e valorização, a escola foi recompensada com a imposição do seu encerramento pela administração educativa. A única dúvida que persiste é saber se haverá representantes da EB2,3 de Pias na cerimónia de entrega do galardão atribuído, que vai ter lugar no Panamá, nos dias 13 e 14 de Setembro. Se essa presença se confirmar, será curioso saber a reacção das instituições oficiais promotoras do prémio, como ministérios da Educação de países sul-americanos e a UNESCO, que vão entregar um prémio – anunciado como “o mais importante reconhecimento outorgado a distintos e prestigiados profissionais e instituições líderes da educação ibero-americana, que promovem os valores éticos nas suas respectivas especialidades” – a uma escola que já não é, em nome da racionalidade.

O reconhecimento veio de fora. De dentro veio a sentença.

Racionalidade ou irracionalidade? Palavras... ▶

Adriano Teixeira de Sousa

**spn**  
INFORMAÇÃO

**Director** Abel Macedo · **Editor** António Baldaia · **Conselho de Redacção** Adriano Teixeira de Sousa, Fernando Bessa, Henrique Borges, José Domingues, José Manuel Costa, Margarida Leça, Nuno Bessa, Rogério Ribeiro · **Colaborador Permanente** José Paulo Oliveira

**Design Gráfico** Adriano Rangel · **Foto Capa** Adriano Rangel

**Paginação / Digitalização** Isto é comunicação visual, lda. · **Impressão** Heska Portuguesa, SA

**Propriedade** Sindicato dos Professores do Norte (SPN) · **Redacção e Administração** R. D. Manuel II, 51/C - 3º - 4050-345 Porto · Tel.: 226 070 500 · Fax: 226 070 595/6

**E-mail** spninfo@spn.pt · **Site** http://www.spn.pt

**Tiragem média** 26.375 exemplares · **Registo no ICS** 109963 · **Depósito legal n.º** 238855/06 · **Distribuição gratuita aos sócios do SPN**

Os artigos assinados não reflectem, necessariamente, as opiniões e os critérios da Direcção do SPN.

# Pausa para meditação

Um primeiro-ministro de dedo esticado e apontado a um deputado da oposição, terminando a sua verborreia com algo do género “‘tá bom?”, de face alterada, quase possesso, quando confrontado na Assembleia da República com as derivas autoritárias, prepotentes, cegas – como cego é o autoritarismo e cega é a prepotência – e tão mais preocupantes quanto maior é o ritmo a que vão acontecendo, é bem a imagem do tipo de governação que temos: obstinada, musculada, surda e imprópria do Portugal de Abril.

José Sócrates é o expoente máximo deste tipo de comportamento, um líder que só assim escreve a palavra liderança, que pensa que o que pensa é o pensamento de todos, e que, também por isso, é um líder eucalipto – seca tudo à sua volta, apenas ficam as raízes necessárias ao próprio eucalipto. Que ele alguma vez tivesse sido socialista (valha isto o que valer) poucos acreditarão, e muitos lhe viram o disfarce sem sequer precisarem de recorrer à sua juventude social-democrata. Ou liberal? Mas que conseguisse, na dimensão que conhecemos, apagar à sua volta – leia-se, na esfera política de influência do partido que sustenta o poder – todo e qualquer resquício de militância socialista, isso já é obra!

Os mais pragmáticos dirão que governar à direita não é tarefa para socialistas, tímidos que sejam. É certo. Mas silenciar tão completamente todas as vozes dissonantes no seio do próprio partido, já é tarefa de monta, de eucalipto de grande porte. E foi isto – é isto – que Sócrates foi paulatinamente fazendo. Quem o rodeia, no governo e fora dele, tem o compromisso de sempre dizer sim, não vão ter aquele dedo espetado pela frente a perguntar acidamente “‘tá bom?”. O direito ao sorriso, à complacência, a uma palmada nas costas, está reservado apenas para os que nunca o contrariam, que nem ousam pensar em criticá-lo, seja no doce remanso do lar, seja em qualquer esconsa esquina onde não esteja mais ninguém.

Aqui chegados, não será de nos perguntarmos se achamos natural que comportamentos destes, que têm como respaldo inicial o voto dos portugueses, possam ocorrer com tanta tranquilidade, sem despertar náuseas nos democráticos estômagos de todos nós, sem provocar muitos dedos esticados a acompanhar a palavra “Rua!” dirigida ao(s) autor(es) de tais despautérios? Será que a nossa jovem democracia *involuiu* para este estado de coisas? Para esta letargia, esta passividade, esta modorra, este fatalismo, esta dócil aceitação de tudo, mesmo do que não queremos?

**Abel Macedo,**  
Coordenador do SPN



Henrique Borges

Quantos dos que lerem este editorial já se aperceberam verdadeiramente de que os sindicatos – neste caso, os dos professores – são agora o principal alvo na mira do inefável Sócrates? Que são entendidos como um escolho, porventura o mais duro, no olímpico caminho das suas políticas, e que anulá-los é já um objectivo friamente definido?

E quantos desses já se perguntaram como seria uma democracia sem sindicatos? Quem responderia, e como, a cada trabalhador, na defesa dos seus direitos, dos seus anseios, dos seus objectivos próprios como pessoa?

Um tempo de férias como o que se aproxima também pode ser um tempo de meditação. Quiçá mais distanciada, mais serena, e eventualmente mais objectiva.

Pensemos, então, agora que vamos de férias. Sem derrotismos. Não acreditando em determinismos. Não nos acomodando. Antes recuperando forças para o combate que vamos travar.

Boas férias! ▶

P.S. (sem ironia...) Repararam que neste editorial (coisa rara) não tive sequer uma palavra dirigida a Maria de Lurdes Rodrigues? Para quê? É apenas uma ministra de José Sócrates... Com uma vantagem relativamente a ele – nunca se disfarçou de socialista.



# O concurso da vergonha

(parte 2, que não a última...)

**O título remete deliberadamente para um texto publicado no número anterior, onde se destacavam vários problemas surgidos com o primeiro concurso de acesso à categoria de professor titular, para além de se referir – e nunca é de mais fazê-lo, pois ninguém o deve esquecer! – que o primeiro e maior problema foi mesmo a criação das duas categorias.**

Refiram-se, então, algumas situações que chegaram ao conhecimento do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), sem a veledade de pensarmos que estarão incluídos todos os problemas ocorridos:

- docentes que se candidataram por um grupo a que não pertenciam. Esta situação ocorreu, por exemplo, com docentes do antigo grupo 8ºB (Francês/Português), que, por força do disposto na alínea a) do artigo 9º do Decreto-Lei nº 27/200, tinham que se reportar ao grupo 300 (Português) e o fizeram no grupo 320 (Francês), por desconhecimento próprio, mas também por errada indicação das respectivas escolas;



Henrique Borges

Infelizmente, é necessário voltar a este triste assunto, agora centrando-nos mais especificamente nos problemas surgidos com a candidatura e a certificação de dados, sobretudo com a duplicidade de critérios, de escola para escola, perante situações idênticas. Há que dizer que esta duplicidade teve, por vezes, origem em informações, também elas diferentes, prestadas pelos órgãos da Administração Central e Regional. De algumas situações ressalta claramente o insuficiente conhecimento das regras por parte de alguns candidatos, mas também que as próprias escolas contribuíram, por vezes, para os problemas registados.

- o formulário de candidatura admitia que um docente pontuasse duas vezes num mesmo ano como coordenador dos directores de turma (impossível!) ou como coordenador de grupo ou área disciplinar (quantos casos haverá, em todo o país?!), mas só uma como coordenador de ano ou ciclo (aqui, sim, possível, ainda que algo improvável, o exercício simultâneo);
- decorrendo da situação anterior, em algumas escolas interpretou-se, erradamente, que o cargo de coordenador dos directores de turma – apenas um – era equivalente à coordenação de dois ou mesmo três ciclos (2º, 3º, Secundário);
- na direcção de cursos tecnológicos, artísticos especializados e profissionais que funcionaram fora do âmbito das portarias 550-A,B,C (2004), ou mesmo antes da sua publicação, também houve procedimentos diferenciados;
- o mesmo aconteceu com os cursos de educação e formação não realizados ao abrigo do Despacho Conjunto nº 453/2004;
- quanto ao cargo de coordenador do Desporto Escolar, algumas escolas – apenas algumas! – receberam a informação de que deveria ser contabilizado como se se tratasse de uma coordenação de departamento;
- também os campos relativos à actividade lectiva e não lectiva geraram diversas interpretações, designadamente quanto à identificação de situações a incluir no campo 3.3.4 (exercício de outras funções);
- finalmente, também a consideração das faltas por conta do período de férias, quando dadas por tempos, nunca tendo a Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação ou as direcções regionais esclarecido convenientemente se os tempos eram para desprezar – como tantas escolas decidiram fazer – ou se havia lugar a um “arredondamento” para cima, sendo contados como um dia, opção de muitas outras.

Agora, é esperar pelas cenas dos próximos capítulos...

Motivos de atenção não hão-de faltar, mas, infelizmente, estará fora de questão um final feliz... ▶

# Regulamentação do ECD será como a Fenprof defendeu

Os educadores/professores conseguiram uma importante vitória ao verem acordado um calendário negocial que lhes permitirá uma participação activa no processo de regulamentação de importantes aspectos do estatuto de carreira que lhes foi imposto.

De facto, tudo indicava que o Ministério da Educação (ME) pretendia dar por concluído este primeiro grande processo de regulamentação em apenas duas reuniões. A própria ministra afirmara, recentemente, que o processo terminaria no final de Julho, havendo alguns projectos (como a avaliação de desempenho) que referiam a entrada em vigor já a 1 de Setembro.

No entanto, em reunião realizada no dia 19 de Julho, no ME, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) reafirmou as suas posições e exigiu um prazo negocial alargado até Novembro, um calendário a desenvolver a partir de Setembro (depois de terminadas as férias) e a discussão sequencial dos assuntos, diploma a diploma.

Foi isso que saiu da reunião, tendo logo ficado agendada uma reunião para 26 de Julho, sobre a única matéria que se justificava esclarecer imediatamente – funções técnico-pedagógicas a desenvolver pelos docentes a partir de 1 de Setembro.

Depois, na primeira semana de Setembro, terá lugar a negociação da avaliação do desempenho em três ou quatro reuniões. Seguir-se-ão as provas de ingresso na profissão e de acesso a titular, que se prolongarão até à terceira semana de Outubro. Já em Novembro, teremos as matérias relativas à formação (aquisição dos graus de mestre e doutor, dispensas para formação e licenças sabáticas).

Ficou também esclarecido que o eventual recurso a negociação suplementar sobre qualquer um dos assuntos em discussão ocorrerá na sequência das respectivas reuniões e não no final da negociação deste pacote de sete diplomas. ▶

---

## Fenprof no congresso da IE

**José Paulo Oliveira,**  
*jornalista*

“Educadores juntos por uma educação de qualidade e pela justiça social”. Mais do que um lema, este foi o desafio que a Internacional de Educação (IE) lançou em Berlim, por ocasião do V Congresso (22 a 26 de Julho), que reuniu cerca de 1.700 participantes de todos os continentes.

A Federação Nacional dos Professores (Fenprof) esteve representada por uma delegação constituída pelo secretário-geral, Mário Nogueira, António Avelãs (presidente do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa, SPGL), Abel Macedo (coordenador do Sindicato dos Professores do Norte, SPN) e Paulo Sucena (anterior secretário-geral da Federação); Ana Gaspar (SPGL), também acompanhou os trabalhos, na qualidade de representante da Fenprof no Executivo do Comité Sindical Europeu de Educação.

A luta dos educadores/professores portugueses contra o estatuto imposto pelo Ministério da Educação e a sua resposta à ofensiva do Governo, a par da situação que se vive no país em termos de educação – “em Setembro teremos mais de 40 mil docentes no desemprego” –, foram as questões centrais da intervenção do secretário-geral da Fenprof.

Representando 30 milhões de trabalhadores da Educação (professores na sua maioria), filiados em 384 organizações de 169 países, a IE fez o balanço da sua actividade desde o congresso anterior (Brasil, 2004) e traçou caminhos fundamentais para o futuro, num debate intenso e enriquecedor, com particular expressão nos painéis temáticos realizados sobre a forma de seminários, mesas-redondas e oficinas, em que foram abordadas matérias de viva actualidade, como a educação básica, a ecologia, a emigração do pessoal docente e a fuga de cérebros, o papel dos sindicatos no século XXI, a educação para a paz e a coesão social, entre outros. ▶



Frédéric Destrée

## Fenprof exige reparação para vítimas de injustiça

Um após outro, os casos publicamente conhecidos de recusa de aposentação antecipada por incapacidade referem-se a professores. Apesar de, por diversas vezes, os sindicatos terem alertado a tutela para a forma como decorriam as juntas médicas e para a gravidade de muitas situações clínicas consideradas como não impeditivas do exercício de funções, foi necessário que morressem dois professores para que outros casos se tornassem conhecidos e o Governo tomasse, finalmente, algumas medidas relevantes: por um lado, a constituição das juntas exclusivamente por médicos; por outro, a realização de uma auditoria ao seu funcionamento.

Temendo que estas medidas, embora importantes, não resolvam a situação de muitos docentes que continuam sem poder aposentar-se – apesar da incapacidade para retomarem o serviço – e que, na sequência da auditoria, não se apurem todas as responsabilidades e não se retirem as devidas consequências, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) exige:

- a reapreciação de todos os casos que, tendo sido presentes a Junta Médica da Caixa Geral de Aposentações para efeitos de aposentação antecipada por incapacidade para o exercício de funções, foram indeferidos;
- a possibilidade de apresentação, desde já, de novo requerimento por parte dos que viram recusada a sua pretensão, ainda que não tenha passado o prazo de nove meses legalmente estabelecido para que possam voltar a requerer nova junta médica;
- o apuramento de responsabilidades sobre as situações passadas e a punição exemplar dos que se arrogaram o direito de jogar com a vida das pessoas;
- o ressarcimento de todos os que foram gravemente penalizados, material e moralmente, por terem sido obrigados a permanecer de atestado médico ou a entrar em licença (de longa duração ou sem vencimento) devido a indeferimento da aposentação requerida. ▶



**MEMÓRIA SOLIDÁRIA.** No dia 9 de Julho realizou-se na Escola Secundária Alberto Sampaio, em Braga, uma vigília em memória de Artur Silva, professor vitimado por um cancro. Esta podia ser apenas mais uma notícia, não fossem os contornos dramáticos de que se reveste e que nos fazem ter a noção clara de quão pouco significa, para alguns, a dignidade humana.

Durante três anos, Artur Silva viveu um percurso penoso e dramático que demonstra que o sistema não é humano. A sua história foi divulgada pelo Executivo e pelos seus colegas de escola, que decidiram reagir perante a forma indigna como ele foi tratado durante o processo em que, por motivos mais do que evidentes, procurou que lhe fosse concedida a aposentação, sucessivamente recusada.

A vigília mostrou que a Escola é um espaço humano e de solidariedade, capaz de contribuir para transformar mentalidades, e que mantém sempre presente a sua função pedagógica. Só desta forma poderemos contrariar todas as medidas avulsas que, por razões meramente económicas ou outras, atentam contra a dignidade humana. O Sindicato dos Professores do Norte (SPN) e a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) estiveram solidariamente presentes.

**Assunto demasiado importante para ser tratado levemente pelo Ministério da Educação, a questão relativa à obrigatoriedade de frequência da Educação Pré-Escolar (EPE) surgiu recentemente na comunicação social, pela voz da ministra, se bem que de forma pouco esclarecedora, confundindo a matéria com a possibilidade de antecipação do ingresso no 1º Ciclo do Ensino Básico.**

Em 1998, no congresso realizado em Braga, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) assumiu uma posição relativamente a esta matéria, e tem vindo a reafirmá-la sucessivamente – é necessário que a frequência da EPE aos 5/6 anos seja obrigatória, assim como é necessário que seja generalizada a oferta para as crianças de 3 e 4 anos. Mas o que fazer para que a obrigatoriedade de frequência no ano imediatamente anterior ao ingresso no 1º Ciclo se torne realidade?

## *Educação Pré-Escolar*

# Obrigatoriedade de frequência: como torná-la realidade?

Outros países já definiram esta como uma prioridade nas suas políticas educativas, motivados naturalmente por diferentes e variadas questões. É hoje claro para todos que a promoção da igualdade de oportunidades continua a ser necessária e que, precisamente nessa perspectiva, é imperioso garantir a frequência da EPE pelo menos no ano anterior ao ingresso no 1º Ciclo. Aliás, idêntica posição foi já assumida e amplamente divulgada pelo Conselho Nacional de Educação.

Por outro lado, é por todos reconhecido que a EPE é essencial no que respeita ao desenvolvimento global da criança, à detecção de problemas de desenvolvimento ou no que concerne à aquisição de competências básicas para o ingresso no 1º Ciclo. Por isso, não garantir a sua frequência a todas as crianças em idade pré-escolar significa promover a desigualdade.

Na verdade, se bem que esteja prevista, no que respeita a matrículas, a prioridade de acesso às crianças de 5 anos, muitas são ainda aquelas que não frequentam a EPE, seja por ausência de oferta ou simplesmente porque as famílias entendem não ser importante.

Neste sentido, é nosso entendimento que esta é uma opção que não pode ser deixada apenas ao critério das famílias. O Estado tem, necessariamente, que assumir a sua responsabilidade neste processo, garantindo a generalização da frequência da EPE para as crianças de 3 e 4 anos e a sua obrigatoriedade para as crianças de 5/6 anos através da rede pública.

Em face disto, a Fenprof entende exigir que:

- a cobertura da rede de estabelecimentos públicos de EPE seja alvo de um claro investimento por parte do Governo na construção de equipamentos com todas as condições, no sentido de garantir uma oferta educativa e social que promova uma educação de qualidade e combata as desigualdades sociais;
- seja lançada uma forte campanha de esclarecimento junto da população portuguesa, relevando as vantagens da frequência da EPE enquanto primeira etapa da educação básica;
- seja publicada legislação que dê corpo legal a esta exigência, declarando a EPE de frequência obrigatória no ano imediatamente anterior ao ingresso no 1º Ciclo. ▶

**Júlia Vale,**  
*Direcção do SPN*

## *Actividades de substituição como serviço extraordinário*

# Tribunal volta a condenar o ME

O Ministério da Educação (ME) foi novamente condenado em tribunal, somando mais duas derrotas à já longa série de sentenças que anulam a interpretação abusiva que vem fazendo em relação a uma série de questões.

Na sequência de queixas apresentadas por dois docentes, e patrocinadas pelos serviços jurídicos do Sindicato dos Professores do Norte (SPN), o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto proferiu duas sentenças (27 de Junho e 4 de Julho) considerando que as actividades de substituição asseguradas à luz do Estatuto da Carreira Docente, à data em vigor, devem ser remuneradas como serviço extraordinário.

O SPN relembra que, de acordo com a lei, falta apenas que cinco das várias sentenças já proferidas transitem em julgado para que estejam criadas todas as condições legais que obriguem o ME a assumir o pagamento de horas extraordinárias a todos os docentes que asseguraram actividades de substituição. O SPN reafirma que tudo continuará a fazer para que seja reposta a legalidade, face às arbitrariedades e à prepotência do ME. ▶



Henrique Borges



*Em causa o início do ano lectivo na Soares dos Reis (Porto)*

## Continua incerto o futuro dos professores de Técnicas Especiais

A Assembleia da República aprovou por unanimidade uma recomendação ao Governo (Resolução nº 17/2006, de 17 de Março) para que produza medidas adequadas tendentes à integração em lugar de quadro dos docentes de Técnicas Especiais contratados com 10 ou mais anos de serviço. Com a entrada em vigor do decreto-lei que dará expressão à recomendação (a ser negociado no decorrer desta edição), apenas estará resolvido o problema de alguns professores – muito poucos.

Sendo uma medida positiva, ela é manifestamente insuficiente: pelo carácter de excepcionalidade (fica por saber daqui a quantos anos poderão vir a ser integrados nos quadros outros professores que, entretanto, completarem os 10 anos de serviço “ininterrupto” que o ministério exige), pelo número reduzido de professores que abrange e por não responder às necessidades reais das escolas de Ensino Artístico Especializado (EAE).

Vale a pena tomar como exemplo a Escola Secundária Artística de Soares dos Reis (Porto), no que diz respeito à aplicação do referido decreto-lei, caso venha a ser aprovado, como se espera. Do conjunto de professores que leccionaram estas disciplinas técnicas durante o ano lectivo que terminou, somente sete vão ser abrangidos pelo decreto-lei – os restantes 31 ficam com a sua situação por resolver, pois não só não conseguem integração em lugar de quadro, como vêem a sua contratação em perigo para o próximo ano lectivo, por força da alteração do regime de contratação. Estamos, assim, perante uma situação em que a não resolução dos problemas criados vai afectar estes professores e pode pôr em causa o início do próximo ano lectivo naquele estabelecimento.

### Legislação desadequada

É importante referir que a Soares dos Reis – tal como a Escola Secundária António Arroio, em Lisboa – tem necessidade, no início de cada ano lectivo, de proceder não só à renovação de contratos, mas também de proceder à contratação de docentes com o perfil adequado para satisfazer as necessidades decorrentes das disciplinas de oferta própria, sempre que esse perfil não se enquadre nos grupos de docência definidos a nível nacional.

Até agora, essa possibilidade era conferida pelo Despacho nº 16.448/99, de 30 de Julho, entretanto revogado pelo Decreto-Lei nº 35/2007, de 15 de Fevereiro, que, se satisfaz a necessidade de contratação de docentes para casos pontuais – contratação por tempo pré-definido ou para parte do ano lectivo –, não possibilita quer a contratação de técnicos especializados para apoio aos docentes, quer a contratação dos docentes necessários para satisfazer necessidades permanentes da escola.

Como escreveu Cláudia Mateus («SPN-Informação» de Maio), o DL 35/2007 não é consentâneo na sua filosofia, nem no seu articulado, com a realidade das escolas e dos professores de Técnicas Especiais. De facto, estes professores não só têm assegurado a satisfação de necessidades permanentes e continuadas das escolas de EAE, como podem ser considerados imprescindíveis ao seu funcionamento. E o referido DL, ao estabelecer que “os horários disponíveis para celebração de contrato de trabalho não podem exceder metade dos tempos lectivos que compõem um horário completo”, está, desde logo, a reduzir para metade o vencimento destes professores e não tem em conta o facto de algumas disciplinas poderem ter uma carga horária semanal superior às 11 horas permitidas.

Assim, torna-se necessário que estas escolas possam renovar os contratos dos actuais docentes de acordo com o Despacho 16.448/99, até que seja criado um dispositivo legal específico para este tipo de ensino. ▀

**Henrique Borges**

# Professores a mais ou educação a menos?

A Feira do Desemprego decorreu durante todo o dia, com intervenções de personalidades convidadas, registo de opiniões no “Livro da Solidariedade”, apoio e informações a docentes contratados e desempregados, *sketches* teatrais, animação musical, disponibilização de uma “taróloga” para ler o negro futuro que o Governo quer oferecer aos docentes e distribuição de um documento de alerta à população.

O objectivo centrou-se em dar visibilidade pública ao grave problema sentido por estes professores, que sobrevivem ano após ano em situação ora de desemprego, ora de precariedade, este ano agravada pela alteração do regime jurídico do contrato de trabalho – esta nova forma de relação de trabalho contém, na sua regulamentação, alterações que têm como finalidade precarizar cada vez mais a função docente; a alteração dos critérios de selecção e a limitação do tempo do contrato de trabalho traduzem-se num retrocesso a nível dos direitos dos trabalhadores que remete para tempos anteriores ao 25 de Abril.

Outro dos problemas abordados foi a grave desqualificação e desvalorização da profissão docente, decorrente da forma como foram implementadas as actividades extra-curriculares no 1º Ciclo. A desresponsabilização do Estado levou a situações de desrespeito total do valor da função docente.

José Paulo Oliveira



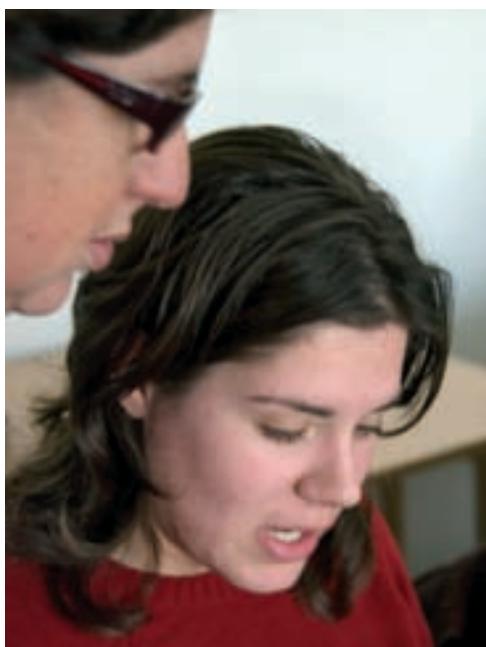
**No dia 6 de Julho, realizou-se na Praça da Figueira, em Lisboa, uma Feira do Desemprego. Com esta acção, promovida pelo grupo de trabalho dos professores contratados e desempregados, a Federação Nacional dos Professores (Fenprof) denunciou, uma vez mais, as inaceitáveis situações de desemprego e de precariedade enfrentadas por dezenas de milhares de docentes portugueses.**

A iniciativa deu expressão à revolta sentida por aqueles que, vivenciando ou solidarizando-se, quiseram alertar o país para o facto de, 30 anos após o 25 de Abril, Portugal ainda não ter conseguido atingir os níveis de progresso dos países europeus, colocando-se na cauda da Europa em termos de desenvolvimento cultural, económico e social – isto, apesar de a ministra da Educação, nos seus discursos, desvalorizar continuamente o problema com uma justificação que assenta na redução da natalidade. O descuidar do investimento em educação ao longo destes anos reflecte-se hoje numa sociedade onde as desigualdades, em termos de qualificações profissionais, cada vez mais se intensificam, levando a um aumento do número de cidadãos a viver no limiar da pobreza.

Nesta etapa da história do mundo, ou o governo do PS muda o rumo das suas políticas e investe fortemente na formação dos cidadãos, ou o país terá sempre um lugar perdido na cauda da Europa. A diminuição de alunos, como a ministra tenta passar, não pode servir de justificativo da precariedade e do desemprego na classe docente. Enquanto os estudos europeus nos reportarem para índices de baixa escolarização, altos níveis de abandono escolar e baixa qualificação dos trabalhadores, não nos podemos deixar convencer, como pretende o poder central, da inutilidade de mão-de-obra qualificada na docência. ▶

**Salomé Conde,**  
Área Sindical do Porto

# Tempos difíceis



Ana Alvim

**O ano lectivo que agora finda pode ser caracterizado por alguns traços fundamentais que comportam um enorme conjunto de angústias e mesmo de dramas profissionais, pessoais e familiares, que foram (e estão a ser) vividos por docentes do Ensino Superior.**

O destaque pela negativa tem que ir para o facto de o Governo e a maioria do PS que o suporta terem impedido, novamente, a aprovação na Assembleia da República de um diploma que consagre a concretização do direito ao subsídio de desemprego para os docentes e investigadores do Ensino Superior público, sanando uma situação em que o Tribunal Constitucional (Acórdão de 2002) considerou verificada a inconstitucionalidade por omissão.

O subsídio de desemprego é um direito de subsistência que a todos assiste. É não só um direito social, como também, no caso de algumas situações mais complexas, uma questão de direitos humanos. Recorda-se que há mais de 10 mil docentes com situação precária no Ensino Superior público.

## Cortes nos orçamentos

O ano lectivo ficou também marcado pelo anúncio de cortes de 16% no Ensino Superior público. O maior corte de sempre!

Em desrespeito pela fórmula de financiamento, o Governo impôs, para 2007, um corte nominal de 6,2% nos orçamentos de funcionamento das instituições. Impôs, ainda, um pagamento suplementar de 7,5% à Caixa Geral de Aposentações (CGA), o que, com o ajuste salarial de 1,5%, elevou o corte orçamental real a 16%, uma vez que os saldos, a serem usados para o pagamento à CGA, são recursos financeiros das instituições.

Deste modo, não contando nem com o ajuste salarial, nem com o novo pagamento à CGA, 16 instituições passavam a receber menos dinheiro do que o necessário para pagar os salários dos docentes que têm.

Esta situação veio pressionar as instituições para despedir pessoal docente e/ou reduzir direitos salariais e períodos de vigência dos contratos e aumentar as propinas, agravando a selectividade económica e social neste sector. Veio também pôr em risco a qualidade do ensino, a aplicação do “processo de Bolonha”, a promoção do sucesso escolar e o aumento da relevância social do Ensino Superior.

Sucederam-se as notícias de despedimentos logo no início do ano lectivo e o anúncio de mais despedimentos para 2007. A título de exemplo, o reitor da Universidade do Minho ameaça com uma vaga de despedimentos até Setembro de 2007 – 100 docentes e 60 funcionários poderão ser despedidos, o que representa um corte de 20% no pessoal da instituição – e o da Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD) garante que o corte de verbas só permite à universidade pagar 85% dos salários. Também o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos denuncia que neste subsector pelo menos cinco instituições ficam sem verbas para funcionar e que tanto os despedimentos de pessoal como os aumentos de propinas serão inevitáveis.

## Governo cúmplice do privado

O sector privado do Ensino Superior continuou a beneficiar da cumplicidade da Governo por omissão quanto a requisitos de qualidade e ao cumprimento da lei. Até ao “caso Independente”, não se ouviu uma só palavra do ministro sobre as muitas irregularidades de funcionamento de instituições privadas, e não se viram medidas para obrigar ao cumprimento da legislação existente.

Os negócios de contornos nebulosos e os escândalos vão sendo noticiados. Novamente, os docentes sofrem directamente, na continuada ausência de um estatuto de carreira que o Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (MCTES) não quer regulamentar. Sucedem-se os despedimentos e os salários em atraso. Há docentes com vencimento mensal de zero euros ou a ganhar apenas 9 meses por ano. +

**Mário Carvalho,**

*Direcção do SPN*

## “Processo Bolonha”

A aplicação do “Processo Bolonha” em Portugal deveria constituir uma oportunidade para:

- aumentar a qualidade e relevância social das formações e também a qualificação dos jovens e da população activa;
- promover o sucesso escolar e educativo e a redução do abandono escolar;
- aproveitar eficazmente as capacidades instaladas no Ensino Superior público, em meios materiais e humanos qualificados, e promover o emprego científico e tecnológico.

O estrangulamento financeiro e a forma atabalhoada como foi conduzido pelo MCTES levaram a que a implementação do processo fosse superficial, cingindo-se em muitos casos a uma adaptação tendo em vista produzir uma diminuição da carga lectiva.

Os estudantes vêm subir as propinas nos novos mestrados, relativamente às das licenciaturas que os precederam, e os docentes são vítimas do estrangulamento financeiro e da utilização perversa do chamado “Processo Bolonha”. Alguns reitores e presidentes de politécnicos, com base na alegada autonomia, em vez de cumprirem exigências do modelo pedagógico de Bolonha (e.g. tutorias) avançam com despedimentos de docentes.

## Ordenamento jurídico do sector

Neste período, para além da alteração do sistema de graus, foi adoptada uma nova forma de internacionalização do Ensino Superior e da Investigação através de acordos directos do Estado com universidades americanas e foram encomendados os relatórios da ENQA (Rede Europeia para a Garantia da Qualidade no Ensino Superior) e da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) para justificar uma ofensiva neoliberal, promovendo grandes transformações estruturais do sistema.

São anunciadas uma nova lei de avaliação, um novo regime jurídico para as instituições de Ensino Superior, as revisões dos estatutos de carreira docente para o universitário e o politécnico, bem como da carreira de Investigação e a criação de um conselho superior de orientação do Ensino Superior.

Os relatórios da ENQA e da OCDE foram o suporte, supostamente “técnico”, destinado a legitimar as opções do Governo. Como objectivo está uma profunda alteração no modelo jurídico e organizativo das instituições públicas, alterando-se radicalmente a sua natureza, a sua independência e o seu enquadramento na sociedade. Desde o reitor, ou presidente do politécnico, aos membros executivos das escolas ou departamentos, todos passariam a ser nomeados numa cadeia hierárquica, a partir de um conselho dominado pelas entidades detentoras da instituição – a democraticidade, a participação e a liberdade académica seriam obstáculos a uma eficiente “governança”.

As dificuldades criadas às instituições pelos sucessivos Governos são hoje usadas para aliciar apoios para o modelo das fundações, que, supostamente, as iriam resolver.

## A actividade sindical do SPN

Destaque para o debate “*Avaliação: Uma Cultura, um Instrumento de Gestão ou uma Arma Política?*”, promovido pelo Departamento de Ensino Superior do Sindicato dos Professores do Norte (Porto, 6 de Junho), que juntou professores com diferentes experiências sobre a problemática da avaliação, encarada tanto no plano institucional como no do desempenho dos docentes.

Mas, face ao vasto conjunto de medidas de natureza neoliberal que o Governo está a preparar, a actividade sindical também foi marcada pelas reuniões sindicais que estão a ser realizadas no Norte, tal como no resto do país, inseridas na iniciativa conjunta da Federação Nacional dos Professores (Fenprof) e do Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESup), “*Mês de Luta pelo Ensino Superior e a Carreira*”, no Porto (politécnico), em Bragança e Vila Real.

Ainda em Julho, serão também realizadas reuniões no Porto (universitário) e em Braga e Viana do Castelo, estas promovidas pelo SPN. O objectivo é suscitar o debate, o esclarecimento e a mobilização dos docentes do Ensino Superior, dando início a um movimento que terá de ter continuidade a partir de Setembro, altura em que se prevê comece o processo de revisão dos estatutos de carreira. ▶

Henrique Borges



Ana Alvim

## Concurso a professor titular

No dia 4 de Junho, e pelo prazo de 5 dias úteis, foi aberto o concurso interno, de acesso limitado, para lugares da categoria de professor titular, destinado aos docentes de nomeação definitiva em lugar de quadro, posicionados nos índices remuneratórios 340, 299 e 245.

Terminado o prazo de candidatura, os dados foram certificados por uma comissão, sendo dada aos candidatos a possibilidade de correcção de qualquer dado.

Posteriormente, foram publicitadas as listas provisórias dos candidatos admitidos e excluídos, sendo dada a estes últimos a possibilidade de exercício do direito de participação.

Depois de analisadas as alegações apresentadas, são elaboradas as listas definitivas de candidatos admitidos e excluídos [já o terão sido à data da edição desta revista].

Os candidatos excluídos podem recorrer hierarquicamente para o director-geral dos Recursos Humanos da Educação, no prazo de cinco dias úteis a contar do dia seguinte ao da publicitação (23 a 27 de Julho).

Em 31 de Julho, serão publicitadas as listas de classificação final, a serem afixadas em cada agrupamento ou escola não agrupada, listas das quais cabe recurso hierárquico para o director-geral dos Recursos Humanos da Educação, no prazo de cinco dias úteis a contar do dia imediato ao da publicitação das referidas listas.

## índice de legislação · junho

### I Série

#### 01. Portaria 666-A/07

Aprova o modelo de declaração de doença a que se refere o artigo 30º do Decreto-Lei nº 100/99, de 31 de Março, com a redacção dada pelo artigo 1º do Decreto-Lei nº 181/07, de 9 de Maio.

#### 21. Decreto-Lei 240/07

Alteração à Lei Orgânica do XVII Governo Constitucional.

#### 25. Portaria 742/07

Coefficientes de revalorização na actualização das remunerações a considerar para a remuneração de referência que serve de base de cálculo das pensões de invalidez e velhice.

#### 26. Declaração de Rectificação 58/07

Rectifica os nos 3 e 3.1 do Anexo II do Decreto-Lei 200/07, de 22 de Maio.

### II Série

#### 06. Rectificação 748/07

Impede a opção entre a plurianualidade da colocação já obtida e a apresentação a concurso dos professores de quadro de zona pedagógica colocados pela Direcção Geral dos Recursos Humanos da Educação entre 18 de Agosto e a 3ª cíclica.

#### 18. Despacho 12.037/07

Comparticipação do preço da refeição dos alunos do 1º Ciclo do Ensino Básico.

#### 19. Despacho 12.190/07

Regulamento de atribuição de bolsas de estudo a estudantes de estabelecimentos de Ensino Superior não público.

#### 25. Despacho 12.981/07

Determina a classificação final do curso do Ensino Secundário.

#### 25. Despacho 12.983/07

Mantém as comissões de serviço dos directores de serviço da Direcção-Geral dos Recursos Humanos da Educação actualmente em exercício de funções.

#### 26. Despacho 13.037/07

Nomeia Maria Conceição Castro Ramos para exercer o cargo de presidente do Conselho Científico para a Avaliação de Professores.

#### 26. Declaração de Rectificação 59/07

Rectifica alguns artigos do Decreto-Lei nº 187/07, de 10 de Maio.

#### 28. Despacho 13.552/07

Dispensa do 2º ano e publica as classificações profissionais dos professores do ensino particular que concluíram com aproveitamento o 1º ano da profissionalização em serviço.

#### 29. Portaria 487/07

Autoriza a Direcção Regional de Educação do Norte a abrir concurso público para o fornecimento de refeições em refeitórios escolares em escolas da área geográfica para o ano lectivo 2007/08.

### JUNHO

- 19 Cimeira da Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, Lisboa;
- 19 Reunião com o Provedor da Justiça sobre os professores de Técnicas Especiais;
- 26 Plenários distritais de trabalhadores da Administração Pública, com deslocação aos respectivos governos civis.

### JULHO

- 02 Coordenação Nacional do 1º CEB, Coimbra;
- 02 Coordenação Nacional da Educação Especial, Lisboa;
- 02 Reunião dos Gabinetes Jurídicos dos Sindicatos da Fenprof, Lisboa;
- 02 Reunião do Departamento de Gestão e Avaliação das Escolas do SPN, Porto;
- 03 Comissão Executiva do SPN, Porto
- 04 Reunião do Grupo de Avaliação e Gestão, Fenprof, Porto;
- 04 Assembleia-Geral Extraordinária de Sócios, descentralizada, Áreas Sindicais;
- 04 Reunião da Comissão Paritária Fenprof/AEEP do Contrato Colectivo de Trabalho, Lisboa;
- 05 Concentração de dirigentes, delegados e activistas sindicais, por ocasião da Cimeira dos Ministros do Trabalho e dos Assuntos Sociais, a realizar no quadro da Presidência da UE, exigindo "Emprego com Direitos — Europa Social", CGTP, Guimarães;
- 06 "Feira do Desemprego Docente", concentração de professores desempregados, Lisboa;
- 09 Reunião com a Associação Nacional de Estabelecimentos do Ensino Profissional (ANESPO), Lisboa;
- 10 Reunião dos Corpos Gerentes do SPN, Porto
- 11, 12 e 13 Secretariado Nacional da Fenprof, Lisboa;
- 12 Manifestação da Função Pública, CGTP, Lisboa;
- 16 Reunião com a Associação dos Estabelecimentos de Ensino Particular e Cooperativo (AEEP), Porto;
- 17 Comissão Executiva Extraordinária do SPN, Porto;
- 18 Conselho Nacional da CGTP, Lisboa;
- 18 Início de uma Vigília, de três dias, de denúncia e protesto, em frente da Assembleia da República, Frente Comum Sindicatos da Administração Pública, Lisboa;
- 18/19 Reunião com a ANESPO, Lisboa;
- 19 Apresentação do "Manifesto pela Igualdade de Oportunidades para Todos e Todas", CGTP, Lisboa;
- 19 Coordenação Nacional do 2º / 3º CEB e Ensino Secundário, Lisboa;
- 19 Reunião com o ME sobre matérias do ECD para regulamentação (estabelecimento do calendário negocial);
- 19 Reunião do ME com todos os sindicatos de professores sobre créditos sindicais para 2007/2008;
- 23 Reunião com o ME sobre as Técnicas Especiais, Lisboa;
- 24 Reunião do Departamento da Educação ao Longo da Vida do SPN, Porto.

### AGOSTO

- 01 Conferência de Imprensa da Fenprof sobre o balanço do ano lectivo, Porto;
- 02 Entrega ao Primeiro-Ministro de um abaixo-assinado sobre a actualização dos vencimentos dos professores aposentados.



# Corpos Gerentes do SPN fizeram

## Análise político-sindical

O ano lectivo 2006/07 arrancou, em Setembro, num quadro político-social em que o desenvolvimento de medidas cerradas e obstinadas de combate ao défice – apresentadas como absolutamente indispensáveis para a recuperação económica do país – parecia ser de aceitação, pelo menos razoável, por parte da população, a avaliar pelos sucessivos estudos de opinião que apresentavam José Sócrates e o Governo com índices de popularidade positivos. Ou seja, a propalada necessidade de desenvolver políticas de contenção no plano social – ainda que contestada, e bem, a alguns níveis – parecia ser assimilada como incontornável pelos portugueses.

Era o tempo de combater e eliminar “privilégios”, normalizar e uniformizar comportamentos, nivelar estatutos sócio-profissionais, insinuar que algumas classes profissionais trabalhavam menos do que outras e usufruíam de “mordomias” inaceitáveis.

Os educadores/professores foram eleitos como alvo central, para onde fluíram as piores motivações, pretendendo transformá-los num alvo exposto, débil, facilmente criticável, isolado e à mercê de uma ofensiva friamente delineada e que visava a sua desvalorização, o seu desprestígio social, o seu *acantonamento* num recôndito reduto de obedientes funcionários públicos, tutelados, servis e sem autonomia de pensamento e de acção – o contrário do que se deve esperar de profissionais da educação.

### Resposta eloquente, mas...

O ano lectivo, propriamente dito, começou com um luto nacional dos educadores/professores, acompanhado de uma disposição para a luta manifestada em várias iniciativas levadas a cabo pela Federação Nacional dos Professores (Fenprof), pelos seus sindicatos e pela Plataforma Sindical que, nessa altura, albergava as 14 organizações sindicais existentes.



Henrique Borges

O balanço dos concursos, realizados já nos novos moldes impostos pelo Ministério da Educação (ME), foi negativo, com um registo de flagrantes injustiças, agravadas pelo facto de serem válidos por 3 anos, o que levou a Fenprof a exigir um novo concurso.

No Ensino Especial, por força da redução drástica e absurda do número de vagas, subverteu-se o concurso com convites a docentes para assegurarem, em muitos agrupamentos verticais e nas escolas secundárias, a valência da Educação Especial, designadamente ao nível da intervenção precoce.

No Ensino Superior, reacendia-se a luta pelo subsídio de desemprego, não só para acabar com a discriminação dos profissionais deste sector de ensino, mas também pelo elevadíssimo número de professores contratados e por a precariedade de emprego ter alcançado uma dimensão nunca vista.

Mas o ponto forte de contestação centrou-se, naturalmente, na revisão do Estatuto da Carreira Docente (ECD), conhecida que era dimensão da ofensiva desencadeada contra a classe e a pressa do ME em concluir a sua aprovação até ao final de 2006.

A resposta foi eloquente. No dia 5 de Outubro, Dia Mundial dos Professores, realizou-se a maior manifestação de sempre de docentes portugueses, juntando – pela primeira vez num dia feriado – mais de 25 mil educadores e professores de todo o país. Foi uma resposta de dimensão inédita, que prefigurava uma continuidade e um crescimento que se desejaria viessem a constituir o travão indispensável à intolerância, intransigência e prepotência do ME/Governo.

Durante a manifestação, foi anunciada uma greve nacional de dois dias (em Novembro), que retrataria a evidência, já impossível de escamotear, da recusa completa e combativa do ECD. Foi uma grande greve, com médias de adesão de 80%, apesar de evidenciar sinais da dificuldade de realizar acções tão penalizadoras.

## balanço do ano lectivo



Ana Alvim

### Derrota com consequências

A análise destes movimentos permitia concluir que a rejeição do ECD era evidente para todos – comunicação social e população incluídas –, devendo salientar-se como um dos dados politicamente mais significativos que o Governo não conseguiu isolar um único sindicato, pequeno que fosse, para sustentar as suas propostas e intenções. A condução política da chamada Plataforma de Sindicatos foi sabiamente orientada pela Fenprof, sendo unanimemente reconhecido o seu secretário-geral como incontestado porta-voz.

Mas, apesar deste movimento bem organizado e bem orientado, em que os professores e educadores se reviam, o ECD acabou por ser unilateralmente imposto. Aprovado em Conselho de Ministros, foi publicado no dia 19 de Janeiro, que passará a ser assinalado pela Fenprof (com acolhimento de todos os sindicatos da Plataforma Sindical) como Dia de Luto da profissão docente.

Contudo, a verdade é que seis meses depois, num balanço com muito de analítico, o processo dito “negocial”, e essencialmente o produto final, têm de ser encarados na perspectiva de uma grande derrota dos educadores e professores – a maior que sofreram em 33 anos de democracia. E, se é certo que o verdadeiro derrotado é aquele que desiste de lutar, esta derrota não pode ser imputada aos sindicatos e, por maioria de razão, à Fenprof, porque conduziram a luta de forma determinada, combativa, esclarecida, sensata e coerente.

Só que isso não foi bastante para vencer a denodada ofensiva governamental, tão obstinada quanto cega e prepotente. E o que se seguiu, com a necessidade de regulamentar o ECD, não augurava nada de positivo para a necessária abrangência da luta a desenvolver.

Ardilosamente, a primeira matéria escolhida pelo ME para ser objecto de regulamentação foi a que sedimenta a hierarquização da carreira docente – o concurso para professor titular. E o que hoje é do conhecimento dos sindicatos, apesar da turbulência registada com as regras desse concurso, aponta mais para um posicionamento de acomodação do que de contestação, de entrar na lógica do concurso do que pô-lo em causa. O que, trocado em miúdos, quer dizer que os educadores/professores se abeiraram mais dos seus sindicatos para que os defendessem na teia de interesses e regras concursais do que para os respaldarem numa posição de repúdio ao facto em si. +

## Um mal nunca vem só

Mas o desenrolar do ano lectivo trouxe a lume outras medidas de política educativa. E, naturalmente, com um governo desta estirpe, outros pontos de conflito, com os sindicatos, os professores, os alunos, os pais, as autarquias, consoante as matérias e a sua dimensão.

As actividades de enriquecimento curricular no 1º Ciclo, com tropelias atrás de tropelias, não só alimentaram a confusão na gestão dos currículos e a subversão organizacional, como criaram situações perfeitamente aberrantes no que se refere aos recursos humanos, desde os critérios das contratações às condições remuneratórias completamente díspares que as suportaram.

Quanto às famigeradas aulas de substituição, mantêm-se como um factor de descaracterização da função docente e de desgaste profissional. Relativamente às que foram dadas até à entrada em vigor do ECD do ME, registou-se um crescendo de decisões de tribunais que as consideram como horas extraordinárias [pág. 8].

Relativamente aos serviços de Educação Especial, o ME/Governo veio a perverter o apoio especializado aos alunos com necessidades educativas especiais (NEE). A criação artificial de três *novos* grupos de recrutamento por área de deficiência, o número reduzido de vagas (criadas por agrupamento e não por escola), as leis substituídas por orientações, o recurso a convites para o exercício de funções especializadas, tudo isto trouxe a anarquia ao sistema e a diminuição da qualidade das respostas aos alunos com NEE.

Por outro lado, a reorganização da rede escolar continuou a tropel, com a particularidade de, agora, ao encerramento obstinado de escolas do 1º Ciclo se juntar a fusão de escolas de outros sectores de ensino, com o desvirtuamento de cartas educativas devidamente trabalhadas e aprovadas.

Na “porta ao lado”, as políticas de Mariano Gago para o Ensino Superior evoluíram do atribulado “processo de Bolonha” para uma proposta de lei considerada inconstitucional e perigosa, por concentrar poderes em órgãos unipessoais, limitar o direito de participação na gestão democrática das instituições, restringir a autonomia das universidades e favorecer a sua fragmentação, através da criação de fundações – via apontada, e não apenas pelos sindicatos, como de privatização galopante no sector. ▶

## Organização e funcionamento do SPN

Determinado, pela primeira vez, a partir de uma medição da representatividade sindical, o número de dirigentes a tempo inteiro e parcial de que o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) dispôs para este ano foi apenas ligeiramente menor do que no ano anterior. Na base do processo esteve mais um corte na atribuição de créditos sindicais que o ME impôs no final do ano anterior, e se esse corte praticamente não nos atingiu, isso deve-se ao facto de a medição realizada ter apurado que o nosso sindicato é o segundo maior a nível nacional.

Com estes dados, foi possível o funcionamento regular da estrutura nos moldes habituais. No entanto, o arranque do ano lectivo deixou evidente que a luta intensa que iríamos desenvolver, essencialmente em torno do ECD, seria acompanhada de um processo de reflexão orientado pela necessidade de encontrar

um novo secretário-geral para a Fenprof, sabido que era que o camarada Paulo Sucena se aposentaria e estava a cumprir o seu último mandato. Deste modo, o Congresso da Fenprof, agendado para Abril, começou cedo a ocupar parte das atenções dos nossos dirigentes.

As primeiras análises permitiram constatar que o cenário da sucessão do secretário-geral comportaria mais do que uma alternativa, com duas candidaturas – oriundas dos sindicatos dos professores da Região Centro (SPRC) e da Grande Lisboa (SPGL), personificadas por Mário Nogueira e António Avelãs – a surgirem com sustentabilidade bastante para serem seriamente consideradas.

Perante isto, e partindo de uma avaliação colectiva que considerou serem candidaturas que dividiam a Fenprof e os seus sindicatos, o SPN decidiu apresentar um candidato próprio que pudesse registar maior consenso no seio da Federação do que aqueles dois camaradas. Após uma primeira tentativa – falhada, por desistência do indicado –, fixou-se o nome da camarada Manuela Mendonça como candidata a propor pelo SPN, tendo essa candidatura obtido o apoio posterior do SPGL, cuja Direcção desistiu de apresentar o seu presidente.

A decisão final sobre a posição a assumir pelo SPN foi tomada em reunião de Corpos Gerentes (21 de Fevereiro de 2007), onde se registou uma clara e inequívoca maioria de posições expressas, por voto secreto, dos dirigentes presentes (71%). Paralelamente, procedeu-se à habitual escolha, igualmente por voto secreto, dos membros da Direcção do SPN a indicar para os futuros Conselho Nacional e Conselho de Jurisdição da Fenprof. Estivemos assim perante tomadas de posição inquestionavelmente democráticas, ficando a Direcção do nosso sindicato dotada de uma candidatura própria para apresentar no congresso.

### Desvios democráticos

Não respeitando a decisão democrática dos Corpos Gerentes do SPN, um conjunto minoritário de dirigentes decidiu não a cumprir e, de forma ostensiva, na maioria dos casos, assumiu o apoio ao candidato proposto pelo SPRC – alguns deles permitiram-se mesmo figurar como candidatos nas listas com que se apresentou ao congresso.

Este comportamento – condenável enquanto desrespeitador das regras democráticas de funcionamento da nossa estrutura sindical – não teve consequências ao nível do seu desempenho como dirigentes de pleno direito do SPN, mas não pode deixar de ser verberado como um comportamento pouco democrático.

A opção tomada em congresso não foi a defendida pelo SPN. Mas, tendo legitimidade democrática, nas reuniões do Secretariado Nacional, e noutras que se seguiram ao congresso, a postura de todos os eleitos em representação da Direcção foi sempre construtiva, positiva, naturalmente crítica, mas solidária e reveladora de uma disposição para o trabalho bem diferente daqueles que apenas respeitam as posições das maiorias quando lhes convém.

Mais difícil de aceitar – mas, ainda assim, respeitando as decisões maioritárias do congresso – continua a ser a alteração estatutária aprovada, desnecessária, perigosa, e que, por muitos desmentidos que tenha, transportou para o interior da Fenprof o exercício de contemplar nos seus órgãos uma tendência que, eventualmente, conflitue com algumas direcções sindicais.

Em última análise, passou-se de uma federação de sindicatos a uma organização de sindicatos com uma facção incorporada, que lhes pode ser estranha e até hostil. Há que saber lidar responsabilmente com esta nova realidade e, quando for caso disso, alterá-la no sentido de reconfigurar a Fenprof no espírito com que foi criada.



Adriano Rangel



Henrique Borges

### Reforçar a unidade e a coesão

Os tempos que se avizinham, com o recrudescimento da ofensiva desencadeada pelo Governo contra os sindicatos, e perante a perspectiva de o trabalho futuro, quer da Fenprof, quer dos seus sindicatos, ser realizado com poucos recursos humanos, exige, por um lado, uma militância sindical que não deixe a mais pequena dúvida e, por outro, uma unidade e uma coesão interna muito grandes.

As perspectivas concretas de exercício do nosso trabalho no próximo ano não são completamente conhecidas, ainda que não haja grandes expectativas de que se assemelhem às que dispúnhamos este ano. Mas sabemos que o SPN vai resistir a esta ofensiva e não vai deixar de ser a voz e o rumo dos professores do Norte.

A Conferência de Organização, agendada para Setembro, será agora mais oportuna do que nunca, e não deixará de enquadrar devidamente o que é ser dirigente do SPN nos dias que se avizinham. ▶

## Metodologia para alteração aos estatutos do SPN

Tendo em conta que:

- o Sindicato dos Professores do Norte (SPN) procedeu a uma alteração dos seus Estatutos no passado dia 27 de Fevereiro de 2007;
- na sequência dessa revisão, quer o Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social, quer o Ministério Público, encontraram disposições estatutárias que violam normas imperativas em vigor e que, como tal, deverão ser corrigidas, com carácter de urgência;
- esta alteração estatutária poderá possibilitar a correcção de outras situações pontuais que a realidade mostrou ser necessário introduzir.

A Direcção do SPN propõe que se faça uma nova revisão dos Estatutos, propondo para a discussão e votação dessa alteração a seguinte metodologia:

1. A votação, em Assembleia-Geral de Sócios descentralizada, realiza-se no dia 26 de Setembro de 2007;
2. A data limite para a entrega de propostas de alteração aos Estatutos é o dia 6 de Setembro de 2007;
3. A apresentação de propostas de alteração aos Estatutos pode ser efectuada por:
  - a Direcção do SPN;
  - 25 delegados sindicais em exercício de funções;
  - 200 sócios no pleno gozo dos seus direitos.
4. A divulgação aos sócios das propostas de alteração aos Estatutos será feita até ao dia 19 de Setembro de 2007;
5. A votação das propostas de alteração aos Estatutos será feita na especialidade e por voto secreto, estando as urnas abertas das 9h às 18h na Sede do Sindicato e na sede das respectivas Áreas Sindicais, e das 10h às 12h e das 14h às 16h nas urnas abertas nos estabelecimentos de ensino previamente indicados pelas direcções das Áreas Sindicais;
6. É permitido o voto por correspondência, desde que o mesmo chegue à Sede do Sindicato até às 18h do dia 26 de Setembro de 2007. Neste caso, para a sua validação, o boletim de voto deverá ser inserido num envelope em branco, fechado, que, por sua vez, será introduzido num outro envelope sem outra indicação que não a do RSF, juntamente com a credencial que, para efeitos de votação, será enviada a todos os sócios;
7. Para deliberar validamente, esta Assembleia-Geral de Sócios terá de ser participada por, pelo menos, 10% do número total de associados.
8. Têm direito de voto todos os associados que se encontrem em pleno gozo dos seus direitos em 31 de Agosto de 2007. ▶

**Direcção do SPN**

---

## Professores aposentados foram à Noruega



A viagem foi um encanto. Parecia que estávamos num país de contos de fadas, com as suas lindas casinhas de madeira no meio de relvados; as gigantescas cascatas leitosas, provocadas pelo degelo, que caem de mais de 2.000 metros, criando levadas rápidas e alterosas que contrastam com a calma dos fiordes onde vão desaguar; os glaciares de neves eternas... Visitámos as cidades de Oslo, com o Parque Vigeland (um verdadeiro museu de escultura ao ar livre), Trondheim, com a sua catedral e casas em estacaria, Alesund – uma jóia de Arte Nova, graças ao auxílio internacional depois de um grande incêndio – e Bergen, onde se concentrava o monopólio do comércio do peixe seco, vendido para toda a Europa através da Liga Hanseática. A viagem, feita através das montanhas nevadas e florestas de árvores majestosas – que recordavam os *trolls* que (dizem) as habitavam –, continua presente na memória de todos os participantes.

**Teresa Maia Mendes,**

*Mesa da AG do SPN*

## Dois ou três comentários à resposta de J.A. Faria Pinto



Adriano Rangel

Como o dirigente J.A. Faria Pinto afirma que no seu artigo “Não há duas sem três” [«SPN-Informação» de Maio] colocava a questão se será possível alguém exclusivamente formado e afirmado no sindicalismo exercer funções de maior responsabilidade do movimento sindical? só me resta acreditar que sim.

Para responder a esta pergunta é necessário esclarecer se existem pessoas que se possam dizer formadas exclusivamente no sindicalismo. Qualquer cidadão tem posicionamento político, mesmo antes de exercer qualquer actividade sindical. Quando vota, a partir dos 18 anos, num ou noutro partido ou em nenhum ou ainda quando não vota. Enquanto estudante pode se interessar ou não pelo associativismo. Com isto fica respondida esta pergunta.

Relativamente às suas preocupações e preconceitos não é preciso tentar adivinhar. Quando me refiro ao facto de os delegados ao Congresso não serem correias de transmissão das direcções sindicais, estou-me a referir exactamente aos delegados ao Congresso independentemente do sindicato a que pertencem. Daquilo que conheço, é perfeitamente natural o que se passou no Congresso da Federação. Os delegados decidiram em consciência e com independência. Se não fosse assim a Fenprof não teria o prestígio e a autoridade moral que tem na classe. Seria como outras.

(...)

Relativamente às preocupações que, na interpretação do dirigente J. A. Faria Pinto, Salazar teria com os boys está enganado. O salazarismo não tem essas preocupações até porque a nomeação de boys nunca foi tão grande como durante o regime fascista. Só para exemplificar e vale como tal, no livro «Discriminação política no emprego no regime fascista», da Comissão do Livro Negro sobre o Regime Fascista (1982), encontramos documentos com referência à filiação na Legião Portuguesa, nos requerimentos de dois funcionários, porteiros, que pedem para gozar “licença graciosa”. Nem é preciso chegar a boy. O problema é de liberdade.

(...)

Quaisquer organizações sindicais que não se enquadrem na perspectiva colaboracionista estão para Oliveira Salazar, num discurso proferido em 23 de Novembro de 1932, dominados pela ideologia bolchevista e organizados ou trabalhados por agentes estrangeiros. Todos tendem, por meio da luta de classes, para a revolução social. Hoje a terminologia é diferente. Pensar que ter como secretário-geral da Fenprof um dirigente que não tem militância partidária retira argumentos a este ou àquele primeiro-ministro pode ser uma ideia ingénua como pode ser um preconceito anti-partidário. Retira argumentos se a Fenprof perder as características de defesa dos interesses laborais dos professores, sempre enquadrados na defesa de uma escola pública de qualidade e para todos, que tem desde a sua fundação. Tornam-se desnecessários. Relativamente à independência dos dirigentes sindicais face às organizações partidárias, a preparação do próprio Congresso foi esclarecedora. Houve professores, uns militantes de organizações partidárias, outros simples eleitores e ainda outros sem simpatia partidária, que apoiaram qualquer das candidaturas. E assim também se exerce a liberdade. A independência intelectual de um cidadão não se vê na existência ou não de filiação partidária. É uma característica do cidadão. A limitação da independência intelectual do cidadão é inaceitável e só desprestigia quem a tenta. ▀

**Paulo Morgado,**

Sócio do SPN nº 10.164

Esc. Sec. S. Pedro da Cova

**Nota do Editor:** J.A. Faria Pinto decidiu prescindir de responder a Paulo Morgado, pelo que a «SPN-Informação» dá aqui por encerrada a polémica entre os dois. Entretanto, o texto de Paulo Morgado foi editado – a versão integral pode ser lida nos complementos on line da revista ([www.spn.pt](http://www.spn.pt)).



Ana Alvim

*A propósito do doutoramento do secretário-geral da CGTP*

## **A centralidade do trabalho, o sindicalismo e a actualidade do marxismo**

Tendo-me sido solicitado, na qualidade de co-orientador da tese do Manuel Carvalho da Silva, um breve comentário sobre o autor e a sua tese intitulada “*Centralidade do Trabalho e Acção Colectiva: O Sindicalismo em Tempo de Globalização*”, permitam-me enveredar por um testemunho e adiantar alguns tópicos sem pretensão de qualquer recensão crítica, até porque, enquanto co-orientador e em articulação com o António Firmino da Costa, seu orientador e meu colega do ISCTE [Instituto Superior de Ciências do Trabalho e da Empresa], já tive a oportunidade e o dever de o fazer a seu tempo. Donde, neste momento, prefiro fazer uma breve reflexão como conterrâneo de Manuel Carvalho da Silva, como colega sociólogo e como sindicalista e cidadão empenhado na transformação social e política deste país.

Como conterrâneo barcelense congratulo-me pelo facto de mais um cidadão, originário do meio camponês – que eu também conheci e vivi de perto –, seguidamente tornado operário, ter sabido simultaneamente progredir em termos de enriquecimento intelectual, sem deixar de contribuir para a sociedade e sobretudo manter-se fiel às suas origens, não como trunfo de ascensão pessoal, mas como base de ensinamentos para si e para o colectivo.

Como sindicalista e companheiro de lutas político-sindicais, devo prestar-lhe e, na pessoa dele, a todos os sindicalistas, o meu reconhecimento, como muitos outros cidadãos, pelo empenho no sentido de que os trabalhadores que representa como primeira figura da CGTP-IN sejam respeitados e dignificados, quer pelas entidades patronais, quer pelos órgãos de soberania, em particular o governo, pelo que são e representam como produtores e como principal alavanca de desenvolvimento do país. Com efeito, Carvalho da Silva, ao assumir a centralidade do trabalho na sua tese, situa-se na melhor tradição marxista, sem deixar de incorporar contributos doutros paradigmas, designadamente o accionalismo (neo)weberiano e o interaccionismo simbólico que relevam respectivamente os factores político-organizacionais, assim como as interacções e experiências vividas no quotidiano das nossas vidas.

Do mesmo modo que se enraíza a ideia de que os académicos não devem imiscuir-se nas ‘coisas’ da política, porque tal seria desclassificatório ou mesmo ‘poluente’, também se vulgariza uma outra em que sindicalistas e outros activistas de movimentos sociais estariam obnubilados de tal forma que seriam incapazes de analisar adequadamente os fenómenos sociais. A este respeito importa não confundir o processo de objectivação e a própria objectividade, que qualquer cientista social deve empreender, com o princípio positivista da neutralidade axiológica, cujos defensores visam justamente injectar, sob a capa de ‘cientificidade’, os pressupostos, as ideologias e os valores dominantes, hoje os neoliberais. Ora, se bem que possamos distinguir os planos e campos, não são separáveis as identidades de sindicalista e cientista social: Manuel Carvalho da Silva, tendo feito um esforço de objectivação no processo da investigação, não se demitiu nem demite (e bem) dos seus valores e princípios sindicalistas e, como tal, não é axiologicamente neutro, como aliás nenhum cientista social o é nem pode ser, mesmo que finja sê-lo de modo mais ou menos camuflado. +

**Manuel Carlos Silva,**

*Direcção do SPN  
(Universidade do Minho)*

Ontem como co-orientador e hoje como colega sociólogo, estou em condições de afirmar que o Manuel Carvalho da Silva contribuiu, com a sua tese, para o avanço do conhecimento sociológico e empírico, nomeadamente no campo da sociologia do trabalho e dos movimentos sociais, mormente o movimento sindical, sendo de relevar a análise histórico-empírica, ainda que diferenciada nos processos e nas formas de expressão sindical, de três complexos empresariais: a Grundig-Blaupunkt, situada à saída de Braga; o grupo têxtil Nova Penteação, na Covilhã; e o grupo PT. Além disso, o autor apresenta um capítulo de análise retrospectiva da CGTP-IN como principal central sindical e, num outro capítulo, avança uma relevante reflexão sobre a Confederação Europeia de Sindicatos (CES).

## O papel central do marxismo

Na esteira de autores nacionais e internacionais de diversa inspiração, sendo de destacar Scott e Senet, passando por Bourdieu até Bader e Benschop – estes dois últimos como neomarxistas críticos sem pruridos em inspirar-se no neo-sistémico Luhmann –, é também assumida por Carvalho da Silva uma fecunda distinção entre o nível sócio-estrutural ou societal, o organizacional e o interactivo. Esta saída teórica, além de conferir aos respectivos níveis uma relativa autonomia, permite, num cruzamento com uma metodologia pluricausal, a superação de impasses teóricos provocados pelo entrincheiramento de explicações monocausais, nomeadamente a superação do tradicional binómio infraestrutura-superestrutura sem cair no eclecticismo, na medida em que, seguindo Bader, se sustenta uma hierarquia dos três níveis de análise: o sócio-estrutural na base condiciona e integra o nível organizacional e, por sua vez, este condiciona e integra o interactivo, sem negar as influências em sentido inverso.

Não obstante ter plena consciência da hegemonia do neoliberalismo e das ideias por este propagadas, e hoje tornadas cada vez mais senso comum, Carvalho da Silva, para além de incorporar e bem elementos doutras correntes teóricas, vem demonstrar que o marxismo desempenha hoje um papel central não só no pensamento contemporâneo como na orientação da praxis social. Com efeito, os problemas, desafios e impasses da actual (des)ordem mundial capitalista e imperialista evidenciam a pertinência e a actualidade do marxismo, desde que não seja replicado como mera fraseologia que acaba por perder de vista o método histórico e dialéctico na análise da realidade em termos macro, meso e micro-sociais. Convém, a este respeito, lembrar que Marx e, sobretudo, Engels recriminavam alguns jovens (pseudo)radicais de encherem a boca de materialismo histórico e dialéctico para não estudarem história e preguiçosamente se dispensarem de pensar as questões do seu tempo.

Os resquícios de uma deriva mecanicista e economicista – historicamente presente na paradoxal convergência entre o revisionismo reformista social-democrata provindo da II Internacional e o dogmatismo estalinista, e hoje também paradoxalmente visíveis no carácter mistificador das novas tecnologias como receita neoliberal para os problemas da produtividade, do crescimento e até da exclusão social (!) – persistem à esquerda em diletantes verborreias sem criatividade e trabalho teóricos e reforçam-se em certos círculos fechados na medida em que não só se encasulam como são alérgicos a novos contributos que têm surgido nos últimos tempos. Os guardiães da ‘pureza’ doutrinária e da fortaleza organizacional ora se limitam a reproduzir mecanicamente slogans alegadamente ‘marxistas-leninistas’, ora tomam o legado marxista como um código quase canónico de princípios, ora, ainda, mesmo quando enunciam princípios válidos, são incapazes de ler a realidade e menos ainda de dar respostas concretas a problemas concretos. Não foi este, obviamente, o trajecto prosseguido por Carvalho da Silva e, neste sentido, com a sua tese ganharam também as causas políticas à esquerda, o movimento sindical e a comunidade sociológica no país. O dogmatismo na teoria e o sectarismo na prática constituem hoje os maiores obstáculos ao avanço da teoria marxista e à sua necessária renovação, em termos programáticos e orgânicos, para fazer face a velhos e novos problemas provocados pelo desenvolvimento desigual da sociedade capitalista, assim como analisar as distorções e perversões das experiências do dito socialismo real.

Não obstante as diversas crises e refluxos no século XX, o marxismo mantém-se vivo e o seu método histórico e dialéctico deve ser adoptado com frescura, como diria Engels. Com efeito, foi este o caminho trilhado pelo Manuel Carvalho da Silva, contribuindo assim para desbravar novos caminhos não só na vertente político-sindical, como na reflexividade sociológica e, por fim, mas não menos importante, no descongelamento de blocos e na superação de fechamentos monolíticos na área duma esquerda profundamente fragmentada e que, não obstante relevantes ‘contrapontos’ de dissidência, resistência e contestação, continua sem estratégia global no país, na Europa e no mundo. ▀



Ana Alvim



Ana Alvim

## Para que servem as notas?

Será que as notas reflectem com fiabilidade as competências e o valor dos alunos? Infelizmente, não! É o que confirmam os estudos realizados sobre o assunto. Inúmeros factores interferem na avaliação e, por isso, segundo Pierre Merle, substituir os exames pela avaliação contínua apresenta alguns perigos.

“Chumbei!”. “O prof enganou-se”. “Com a prof X teria tido melhor nota”...

Quando se coloca a questão da justeza e da justiça das notas a 900 alunos franceses, as respostas surpreendem. Apenas um em cada seis pensa que teria a mesma nota na disciplina de Língua Francesa se o seu teste fosse corrigido por um professor diferente, e perto de 50% que teriam uma nota diferente (os outros não sabem). A Matemática inspira mais confiança: um terço dos alunos considera que obteria a mesma nota, outro terço que a nota seria diferente, o último terço não sabe. Muitos alunos estão, portanto, pouco convencidos da fiabilidade das notas, sobretudo nas disciplinas literárias, provavelmente devido à ausência de uma grelha explícita ou de uma interpretação simples desta.

Alguns vão além do questionamento acerca da fiabilidade das notas, e experimentam-na. Bruno, por exemplo, teve sempre 9/20 desde o início do ano. Até que decidiu tentar uma experiência – a irmã, aluna de licenciatura em Letras, fez o seu teste. A nota? De novo 9/20! Bruno, que apenas tinha dúvidas, tem agora uma convicção, está “catalogado”. E daí retira uma consequência lógica – é absolutamente inútil estudar Francês, já que a sua nota se encontra bloqueada no 9/20.

**Pierre Merle**  
(tradução de  
Helena Miranda)

Esta pequena história é instrutiva. Se os alunos pensam que as notas não recompensam o seu trabalho de uma forma justa, a motivação desaparece. E esta questão da justiça das notas não interessa só aos alunos, mas também aos professores e à escola em geral.

## O *baccalauréat* não é uma lotaria

As primeiras investigações sobre a fiabilidade das notas [em França] datam de 1930. A fim de validar estatisticamente os resultados, os investigadores multiplicaram as correcções de um mesmo teste, assim como o número de testes submetidos a essas múltiplas correcções. O veredicto tornou-se um clássico – a testes de Francês corrigidos por grande número de classificadores (mais de 70 por teste) foram atribuídas notas bastante diferentes. Os resultados seguem uma curva de Gauss, igual à da distribuição do peso ou da altura de uma população. Conclusão: a nota depende mais do classificador do que do teste! E a mesma constatação é válida para Matemática, embora as diferenças sejam menores.

Os primeiros estudos de grande amplitude debruçaram-se sobre a fiabilidade das notas nas provas do *baccalauréat*. Compreende-se porquê. Na época, o primeiro diploma do Ensino Superior era a via de acesso ao estatuto de executivo. A experiência consistiu no seguinte: 100 testes de bac (exame de 1930) de seis disciplinas – Latim (tradução), Língua Francesa (composição), Inglês, Matemática, Filosofia, Física – foram objecto de cinco correcções por diferentes examinadores. Os desvios máximos verificados na atribuição das notas são assustadores: 13 pontos em Língua Francesa (composição), 12 em Filosofia, nove em Matemática!

Mas o desvio máximo não é, estatisticamente, um indicador muito pertinente. Mais reveladores são os desvios-padrão, extraordinariamente elevados, verificados nas diversas correcções: seis pontos em Francês, quatro em Inglês e em Matemática.

No entanto, e apesar do elevado nível de incerteza verificado na correcção de cada prova, o *baccalauréat* não é uma lotaria. Se é verdade que, independentemente da disciplina, a nota é bastante aleatória, a multiplicação das provas diminui o insucesso final. É extremamente raro ser-se classificado severamente em todas as disciplinas ao mesmo tempo.



Ana Alvim

## Quem tem as melhores notas?

Três quartos de século mais tarde, estes estudos mantêm a actualidade. A incerteza da classificação permanece uma constante, e isto pelo simples facto de a nota não ser uma medida física (aleatória também, aliás), mas sim a apreciação de uma prestação por um especialista. As variantes nos julgamentos são inevitáveis – em contrapartida, observaram-se grandes avanços no conhecimento dos factores susceptíveis de influenciar os avaliadores, tendo os investigadores evidenciado muitos deles.

O primeiro resulta da ordem de correcção. Os testes colocados no primeiro terço do conjunto são classificados de uma forma mais indulgente do que os seguintes. É como se, quando faz as primeiras correcções, o avaliador, sabendo das suas hesitações sobre a nota a atribuir, começasse de forma mais indulgente.

A classificação de um teste está também relacionada com o nível do anterior. Depois de corrigir um bom teste, o avaliador classificará, por

contraste, mais severamente o seguinte e vice-versa. Se o investigador colocar, no início de um grupo de testes, três muito maus, o conjunto será avaliado *por cima*. Inversamente, se três bons testes forem colocados no início do monte, o conjunto será avaliado *por baixo*.

Um terceiro factor está relacionado com o estatuto escolar do aluno. Estudos realizados tanto por psicólogos como por sociólogos chegaram aos mesmos resultados, apesar das diferentes metodologias. Supostamente, perante o teste de um bom aluno, os professores atribuem-lhe uma nota melhor. E o contrário é também verdade, quando os professores pensam +

estar a classificar um mau aluno. É por este motivo que Bruno não ultrapassa o 9/20, mesmo quando apresenta um teste feito pela irmã. Ele tem razão: está rotulado como um aluno fraco, que não atinge sequer a média.

Mais surpreendente é o factor relacionado com a origem social do aluno. Também sobre este aspecto os estudos são totalmente convergentes e não deixam margem para dúvidas. Na área da sociologia, comparando as médias dos alunos durante o ano com os resultados obtidos em testes de competências padronizados, os resultados são evidentes. Com resultados idênticos nestes testes, os alunos oriundos de classes favorecidas obtêm, no entanto, melhor classificação do que os outros alunos. O conhecimento da origem social dos alunos influencia positiva ou negativamente as expectativas dos professores em relação aos alunos. O comportamento dos alunos de classes privilegiadas, mais próximo do ideal de bom aluno, influencia também favoravelmente a classificação – eles beneficiam de um estereótipo positivo.

O género é outro dos factores que intervêm na fiabilidade da classificação. Há um favorecimento das raparigas em relação aos rapazes. Também aqui os resultados das investigações convergem. No entanto, ainda não foi possível estabelecer uma correlação entre este favorecimento e a feminização da profissão docente. Pensa-se, antes, que a explicação poderá residir no comportamento na sala de aula – as raparigas seriam menos indisciplinadas e mais dóceis. Nos inquéritos, nomeadamente na disciplina de Língua Francesa, as raparigas declaram falar menos do que os rapazes e apreciar muito mais esta disciplina. O seu comportamento, mais cooperante, tem provavelmente efeitos positivos na classificação.

Voltemos ao caso do Bruno. É talvez um aluno agitado. Perante o seu teste, o professor é influenciado pelo seu comportamento. O aluno, desencorajado, não atribui grande credibilidade ao professor, nem à sua avaliação.

Outros estudos realçaram o efeito da aparência física. Em testes idênticos, os investigadores agrafaram fotografias de diferentes rostos e verificaram que existe, de facto, uma influência do aspecto físico sobre a avaliação. Uma relação inconsciente conduz à associação entre competência escolar e beleza física.



Ana Alvim

## Efeito turma e efeito estabelecimento

Outros estudos revelam como factor de influência a idade do aluno e o seu estatuto de repetente. Em casos de qualidade idêntica, medida através de testes anónimos de competências, os alunos repetentes e mais velhos são sempre classificados mais severamente. Estes alunos são vítimas do estereótipo negativo de aluno repetente. O insucesso anterior sugere um aluno com dificuldades e esta percepção conduz a uma subavaliação.

Outras fontes de erro de classificação não estão relacionadas com as características escolares e sociais dos alunos, mas com o contexto de escolarização.

O tipo de estabelecimento de ensino frequentado é uma dessas fontes. Assim, nas escolas em que o nível dos alunos é mais fraco, os professores revelam uma tendência para classificar de forma mais indulgente, e inversamente nos estabelecimentos que agrupam alunos de nível escolar mais elevado. No primeiro caso, a sobreavaliação explica-se pela necessidade, sentida pelos professores, de não desencorajarem alunos que, geralmente, apresentam perda de motivação. No segundo caso, a rigidez da classificação permite uma maior selecção e garante a reputação do estabelecimento de ensino. No caso dos liceus, esta prática assegura excelentes níveis de sucesso no exame de *baccalauréat*.

Por fim, existe uma fonte de erro própria da turma. Os professores têm tendência para valorizar as diferenças entre os alunos de uma mesma turma, o que resulta, em testes padronizados, numa sobreavaliação das competências dos melhores e na subavaliação das dos mais fracos.

Mesmo corrigindo com o máximo de consciência, as notas atribuídas pelos professores não podem ser consideradas uma medida fiável das competências dos alunos. É na ausência de uma grelha de avaliação que a fiabilidade é menor, mas, e embora sendo útil, a grelha não suprime a imprecisão. Vários estudos mostram também que, muitas vezes, os avaliadores não são fiéis a si próprios – ao mesmo teste, colocado num grupo diferente, não é, geralmente, atribuída a mesma nota, mesmo tratando-se de um teste de Matemática...

## O fetichismo da classificação

De que modo podem estes estudos, doravante solidamente validados, fazer avançar a reflexão sobre a avaliação das aprendizagens e contribuir para a melhoria das práticas?

Primeira constatação: os professores ocupam muito do seu tempo a corrigir testes e ignoram, geralmente, os trabalhos desenvolvidos há já três quartos de século sobre a fiabilidade da classificação. Não se pode, no entanto, ser um verdadeiro profissional da avaliação e, simultaneamente, desconhecer os factores que nela intervêm. O conhecimento destes factores modificaria um certo número de práticas docentes discutíveis, como aquela, por exemplo, que consiste em perguntar aos alunos, no início do ano lectivo, a profissão dos pais. Sem qualquer interesse pedagógico, esta prática favorece um estereótipo positivo ou negativo e influencia a classificação dos alunos e as expectativas dos professores.



Ana Alvim



De uma maneira geral, o conhecimento dos estudos sobre os factores que intervêm na avaliação deveria fazer parte da formação de professores, independentemente da disciplina a leccionar. Acrescente-se que conhecer as incertezas inevitáveis associadas à avaliação proporcionaria um julgamento menos definitivo, por parte dos professores, sobre as competências dos alunos. Alertados sobre as possibilidades de erro nas suas avaliações, a sua indulgência poderia ser orientada em benefício dos alunos. Há, para alguns professores, um *fetichismo* da avaliação que está na origem de danos consideráveis na história escolar e pessoal de alguns alunos.

Os estudos disponíveis podem também guiar a reflexão, recorrente, sobre as possíveis reformas do *baccalauréat*. Um destes estudos comparou a obtenção deste diploma em duas situações distintas: através de avaliação contínua e através dos actuais testes anónimos.

Comparação edificante! Com a avaliação contínua são as raparigas, os filhos de executivos e os alunos sem atrasos escolares que, confirmando os resultados de estudos que referimos, obtêm com mais frequência o diploma. Com os testes actuais, anónimos, a selecção dos candidatos torna-se mais justa, verificando-se uma taxa de sucesso mais elevada dos alunos oriundos de classes mais desfavorecidas, dos rapazes e dos alunos com atrasos escolares. O anonimato das provas protege estes alunos de um estereótipo negativo que os desfavorece. Assim, a reforma do *baccalauréat* não é impossível: poderia diminuir-se o número actual de provas anónimas sem prejudicar a justiça do exame; a equidade é garantida se se retiverem apenas as provas com os coeficientes mais elevados.

Finalmente, se tantas vezes ouvimos os lamentos dos professores sobre a orientação exclusiva do trabalho dos alunos para as notas, devemos também ter em consideração o ponto de vista destes últimos, para quem as notas são o equivalente de um salário. Elas recompensam o seu mérito e permitem a sua ascensão social bem como a estima dos pais. Trata-se de algo demasiado importante, e os professores sabem-no, mas talvez não o suficiente – a avaliação constitui uma alavanca psicológica e pedagógica muito poderosa; uma má utilização pode conduzir ao desastre, uma boa utilização pode favorecer um ciclo vantajoso: recompensa-aprendizagem-recompensa. ▀

**Nota:** Pierre Merle é professor de Sociologia no Institut Universitaire de Formation des Maîtres (IUFM) da Bretanha. Publicou, entre outros, «L'Élève humilié. L'école, un espace de non-droit?» (PUF, 2005) e «Sociologie de l'évaluation scolaire» (PUF, 1998).

Texto original incluído no dossier "L'école en questions", publicado pela revista francesa «Sciences Humaines» (edição especial nº 5, Outubro/2006).

# O “milagre” finlandês: capacidade de criar consensos

Uma das premissas básicas de política da educação na Finlândia é garantir a todos iguais oportunidades de educação e formação. Este princípio de equidade tem constituído o compromisso político orientador desde o início da década de 70. A educação sempre desempenhou um papel importante no país como garantia de mobilidade social ascendente.



Os resultados de aprendizagem na educação básica finlandesa estão entre os melhores do mundo. O sucesso obtido nas avaliações levadas a cabo pela Organização para a Co-Operação e o Desenvolvimento Económico (OCDE: Pisa 2001 e 2005) representou uma grande surpresa para os administradores e directores escolares. A investigação realizada a propósito destes bons resultados tem apontado para as seguintes explicações:

- Escolas básicas que oferecem a todas as crianças a mesma educação altamente qualificada e publicamente financiada – não apenas um excelente ensino, mas também aconselhamento, saúde, nutrição e serviços de educação especial – parecem desempenhar um papel central na construção de um sistema educativo com um elevado nível de desempenho. Uma boa escola para todos, não apenas para alguns, é o valor central que orienta a educação na Finlândia.
  - A reforma educativa tem sido mais *evolucionária* do que revolucionária. Desde muito cedo, todos aceitaram e compreenderam que não há soluções rápidas para a construção de um sistema educativo de qualidade para todos – e que muito poucas mudanças a curto-prazo serão sustentáveis. As escolas finlandesas aprenderam a mudar e mudaram a aprender.
  - O sucesso do sistema educativo está política, cultural e economicamente entrelaçado com outros sectores da sociedade. Os mesmos factores que promovem o bom funcionamento da economia, instituições públicas fortes, a prevalência da lei e uma sociedade civil democrática também sustentam o sucesso académico. Para analisar e compreender um sistema de educação, é necessário examinar os seus contextos políticos e económicos.
  - Um ambiente político estável é crucial. Mas a Finlândia conseguiu criar liderança sustentável e reformas educativas porque as políticas e os princípios têm sido baseados numa firme visão a longo-prazo, muito trabalho, boa vontade, consenso e respeito pelos profissionais, cujo conhecimento e compreensão, em última análise, produzem as melhores soluções e decisões.

**Peter Johnson**  
(tradução e adaptação de  
Manuela Mendonça)

## Confiança e responsabilidade

Tem sido observado que o sucesso finlandês parece ser atribuível a toda uma rede de factores interrelacionados, nos quais as próprias áreas de interesse dos alunos e actividades de tempos livres, as oportunidades de aprendizagem fornecidas pela escola, o envolvimento e apoio parentais, assim como o contexto social e cultural da aprendizagem e de todo o sistema educativo, combinam uns com os outros.

O contexto educativo finlandês preserva e promove a confiança entre os professores, alunos, directores escolares e autoridades educativas, envolvendo-os nos processos de avaliação e oferecendo-lhes um forte sentido de responsabilidade profissional e de iniciativa. Nenhum dos três grandes elementos da reforma educacional desenvolvida em muitos outros países – estandardização; focalização na literacia e numeracia; prestação de contas consequencial – foi adoptado na Finlândia.



Os finlandeses têm confiança no seu sistema escolar e nos seus professores; têm também uma opinião muito positiva da educação. As escolas têm uma obrigação estatutária de manter contacto com as famílias. No entanto, mais trabalho deve ser feito para aumentar a participação dos pais. Na Finlândia, a educação é vista como uma importante garantia para o sucesso e bem-estar dos indivíduos, das comunidades e de toda a sociedade.

O factor-chave para o sucesso da Finlândia – com uma economia bem sucedida, uma boa governação e um sistema educativo respeitado – foi a capacidade de atingir largos consensos, nos vários sectores, quanto à estratégia a adoptar para o desenvolvimento sustentável do país. ▶

**Nota:** Peter Johnson é presidente da Associação Finlandesa de Directores de Escolas e membro da direcção do Sindicato da Educação. O texto foi retirado da intervenção “*Governo e Gestão das Escolas na Finlândia*”, proferida no âmbito de um encontro subordinado ao tema “*School Leadership*”, promovido pela Internacional de Educação, em Birmingham, nos dias 16 e 17 de Maio.

Tendências globais de reforma na educação	Políticas de educação
<b>Estandardização</b> Estabelecimento de padrões de desempenho claros, elevados e centralmente definidos para as escolas, professores e alunos, para melhorar a qualidade dos resultados.	<b>Flexibilidade</b> Desenvolvimento do currículo centrado nas escolas, a partir das boas práticas existentes e de inovações; estabelecimento de metas e redes de aprendizagem, guiadas por informação e apoio.
<b>Focalização na literacia e numeracia</b> Conhecimento e competências básicas na leitura, escrita, matemática e ciências naturais, como metas principais da reforma educativa.	<b>Aprendizagem abrangente combinada com criatividade</b> Ensino e aprendizagem abrangentes, dando igual valor a todos os aspectos do desenvolvimento da personalidade do indivíduo: moral, criatividade, conhecimento e competências.
<b>Prestação de contas consequencial</b> O desempenho da escola e a melhoria do rendimento dos alunos estão intimamente ligados aos processos de promoção, inspecção e posterior recompensa ou punição de escolas e de professores baseados em medidas de prestação de contas, especialmente testes estandardizados como principal critério para o sucesso.	<b>Prestação de contas inteligente baseada na confiança</b> Adopção de políticas inteligentes de prestação de contas e construção gradual de uma cultura de confiança dentro do sistema educativo, que valoriza o profissionalismo dos professores e directores na avaliação do que é melhor para os alunos no que respeita ao seu progresso na aprendizagem.

Nota: Na Finlândia não existe uma inspecção da educação nem um regime de avaliação do desempenho dos professores. A reflexão sobre o seu trabalho está enquadrada na avaliação das escolas e dos respectivos projectos.

# Bibliotecas escolares: importância e desafios

Os serviços de informação, e mais especialmente as bibliotecas, chegaram ao século XXI com um amplo leque de oportunidades e desafios. Para garantirem a prestação de um bom serviço, as bibliotecas escolares têm que ser organizações bem geridas e eficientes.

A escola tem a missão de formar cidadãos aptos para a vida em sociedade e que saibam corresponder às suas actuais exigências. É sabido, no entanto, que a escola já não é o único e privilegiado veículo de transmissão do saber, vendo-se confrontada com variados problemas.

Cada vez mais, a informação circula a um ritmo acelerado, tem um crescimento exponencial e uma rápida desactualização, o que coloca a escola em desvantagem, obrigando-a a actualizar-se e a encontrar novas funções que se adequem melhor ao progresso, à especialização acelerada do conhecimento e a um mundo em rápida transformação.

Assim, com a abundância de informação que vai chegando aos alunos, é necessário que a escola seja capaz de promover o espírito crítico, a criatividade, a autonomia e a cooperação, fornecendo-lhes sistemas de referência e de enquadramento que lhes permitam lidar com a situação.

Um dos aspectos-chave do papel do aluno na vida escolar é o desenvolvimento paulatino de capacidades de elaborar perguntas, procurar fontes de informação e seleccionar, tratar e apresentar a informação autonomamente transformada – a criança ou o jovem com estas capacidades terá mais possibilidades de se tornar um aluno bem sucedido e estará mais preparado para enfrentar uma vida adulta em muito dependente da informação.

É neste contexto que surgem as bibliotecas escolares, que vão ter um papel muito importante na disponibilização aos utilizadores de toda a informação, assim como em fomentar a respectiva utilização, contribuindo para a sua formação global, tornando-os cidadãos participativos na sociedade a que pertencem, através da criação individual e colectiva do conhecimento.

Assim, a biblioteca escolar é fundamental para desenvolver no indivíduo capacidades de adaptação à mudança numa sociedade global orientada para a informação e a comunicação. É essencial, também, para a viabilização dos processos de ensino e aprendizagem, para o desenvolvimento da personalidade humana, bem como para o processo espiritual, moral, social, cultural e económico da sociedade. Por último, é vital para o cumprimento da missão e dos objectivos educativos da escola.

Neste sentido, a biblioteca escolar não é uma entidade isolada no seio da escola, pois é da sua natureza o envolvimento no processo de ensino e aprendizagem. Na sequência destes princípios, a biblioteca escolar serve toda a comunidade educativa.

## Ligar a biblioteca à educação

A capacidade de ler e o gosto pela leitura são componentes essenciais de uma aprendizagem com sucesso. Não saber ler e não ser capaz de interpretar o que se lê são obstáculos intransponíveis para a aquisição de conhecimentos e para o desenvolvimento das competências de informação. A leitura abre novos horizontes, fornece ferramentas para interpretar o mundo. Segundo a IFLA (International Federation of Library Associations), “a biblioteca escolar proporciona informação e ideias fundamentais para sermos bem sucedidos na sociedade actual, baseada na informação e no conhecimento. A biblioteca escolar desenvolve nos alunos competências para a aprendizagem ao longo da vida e estimula a imaginação, permitindo-lhes tornarem-se cidadãos responsáveis”. As bibliotecas escolares vão, assim, favorecer o aparecimento de novos modos de aprender e ensinar, em que os alunos deixam de ter uma única fonte de informação, o professor, que passa a ser um orientador de percursos de descoberta e aprendizagem, através do acesso a um enorme manancial de informação.

A ligação entre a biblioteca escolar e a educação dos nossos alunos é crucial, sendo, portanto, absolutamente necessária uma cooperação estreita entre a equipa da biblioteca/centro de recursos educativos, nomeadamente do coordenador, e os professores, que, trabalhando em conjunto, podem fazer com que os alunos atinjam níveis mais elevados de literacia, de leitura, de aprendizagem e, principalmente, de resolução de problemas e mais competências no domínio das tecnologias de informação e comunicação.

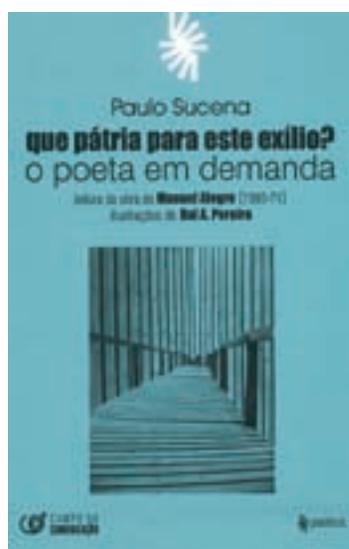
Para a consecução de todos os objectivos da biblioteca escolar, que vão do apoio e promoção dos objectivos educativos até ao apoio aos alunos na aprendizagem e na prática de competências de avaliação e utilização da informação, passando pela organização de actividades que favoreçam a consciência e sensibilização para as questões culturais e sociais, entre outras, é necessário garantir a eficácia e qualidade dos seus serviços. ▶

**Filomena Barbosa,**

*Centro de Documentação SPN  
(coordenadora da biblioteca da  
EBI de S. Martinho do Campo)*

# Sucena “ensaia” Alegre

No dia 10 de Julho, teve lugar no auditório do Sindicato dos Professores do Norte, no Porto, uma sessão de apresentação da mais recente obra de Paulo Sucena – «que pátria para este exílio? o poeta em demanda» (Campo da Comunicação) –, onde o ex-secretário-geral da Fenprof procede a uma leitura crítica da obra poética de Manuel Alegre. Um livro admirável, como refere o jornalista e escritor Baptista-Bastos: “A biografia do poeta e a análise dos três primeiros livros dele constituem um texto que faz história. Muito do que se desconhecia do grande autor é-nos revelado, em páginas escritas num português de lei e com uma inteligência analítica cada vez mais rara entre nós. Parte substancial das experiências de uma grande geração está ali consignada. A não perder”.



Henrique Borges

Este belíssimo ensaio de Paulo Sucena é o primeiro, de meu conhecimento, sobre a vida e a arte de Manuel Alegre, em que se estabelece a conexão estreitíssima entre a experiência e a consciência, em que a análise dos métodos é associada à metodologia da análise.

Sucena escreve sobre o predomínio do sonho de mudança na obra de Manuel Alegre. É um trabalho fascinante. E quem tenha seguido o trajecto deste poeta maior sabe que o mito da viagem, afinal comum, tanto na grande poesia como na grande prosa portuguesa, é, nele, a marca d'água que funda a sua pessoal legitimidade.

Sucena estabelece os parâmetros do seu estudo no período de 1965-1971 – o poeta em demanda; o poeta no exílio de uma pátria já de si mesma exilada; o poeta anónimo de si, anónimo dos outros, mas astral e telúrico, na comunhão lúcida de um desígnio singular – e enumera os poetas que marcam e, até, determinam as especificidades desse tempo português, para assinalar o que, em Alegre, procede de uma extrema originalidade, exactamente porque filiada numa grande tradição cultural. Reconhecer, negar e ultrapassar, o movimento triádico que é um dos suportes da magnífica aventura poética de Manuel Alegre.

As conexões, as associações, as interpretações que Paulo Sucena faz dos três livros do grande poeta [«Praça da Canção» (1965), «O Canto e as Armas» (1967) e «Um Barco para Ítaca» (1971)] indicam-nos os contratos de comunicação estabelecidos entre quem escreve, quem lê e quem pratica a exegese. Uma concepção unificadora e absolutamente estimulante, porque (como pretendia Edmund Wilson) Sucena utiliza o paradigma de Alegre para estabelecer o sistema de integração da leitura. Entre aquilo que é diferente e aquilo que é semelhante, os dois escritores sugerem que cada pessoa tenha a liberdade e o talento para os combinar. E ambos nos dizem: é preciso resistir, é preciso não capitular, é preciso não trair os testamentos legados, é preciso estar.

É preciso Portugal. ▀

**Baptista-Bastos**  
(*adaptação do texto lido  
pelo jornalista/escritor  
na apresentação do livro  
de Paulo Sucena em Lisboa*)



## Gogol Bordello em Paredes de Coura

Quem teve oportunidade de assistir à actuação de Madonna no recente Live Earth (7 de Julho), ter-se-á surpreendido com a repentina aparição em palco de duas figuras com o seu quê de burlesco. Tratava-se de Evgeny Nikolaev (guitarra) e Sergey Ryabtsev (violinista), dois dos mais influentes elementos dos Gogol Bordello (GB).

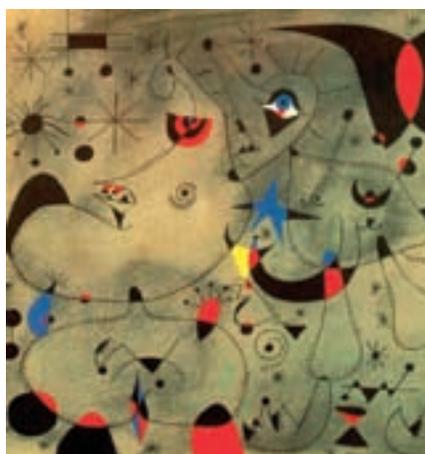
Com certidões de nascimento emitidas nos quatro cantos do planeta, os GB residem em Nova Iorque, onde são uma banda de culto. Tendo começado a tocar em casamentos, depressa alcançaram sucesso nos melhores clubes – onde Madonna os descobriu e imediatamente requisitou –, muito por culpa de Evgeny Nikolaev (aliás, Eugene Hütz).

Na sequência do desastre nuclear de Chernobyl, lia-se na promoção do Festival Músicas do Mundo (FMM, Sines), “Eugene Hütz viaja durante sete anos pela Europa, para fugir à radioactividade. Essas viagens dão-lhe um conhecimento profundo da música e da opressão do povo cigano. A ideia de inseminar a música *rom* com a vibração *punk* começa no Velho Continente, mas é em Nova Iorque, para onde emigra nos anos 90, que se consuma em definitivo”. Aí, em 1999, junta-se a russos, asiáticos, israelitas e americanos, inventando aquilo que ele próprio designa por *gypsy punk* – uma receita musical com ingredientes de *reggae*, *cabaret* e *klezmer*, que, em palco, resulta numa espécie de síntese entre The Clash e Emir Kusturica/Goran Bregovic.

Considerados com uma das melhores bandas da actualidade nas actuações ao vivo, Portugal está a descobri-los este ano: encerraram o FMM (28 de Julho) e preparam-se para *arrasar* Paredes de Coura, no dia 14 de Agosto.

Quem não puder ou quiser deslocar-se ao Minho, tem sempre a possibilidade de comprar o premiado «Underdog Gypsy World» (talvez o seu melhor álbum) ou o recente «Super Taranta». Mas aí perde-se a *cereja do bolo* GB – a dimensão catártica do *arraial* que os Gogol Bordello montam em palco.

A.B.



Miró

## Resende e Maeght homenageados em Cerveira

A XIV Bienal Internacional de Arte de Vila Nova de Cerveira vai ser inaugurada a 18 de Agosto e prolonga-se até 29 de Setembro, estando representados 32 países dos cinco continentes.

Subordinada ao tema “As Novas Cruzadas”, a área expositiva distribui-se por espaços em Caminha, Melgaço, Monção, Paredes de Coura, Valença e Galiza (Goyan e Tui), além de Cerveira, naturalmente.

A programação inclui ateliers/workshops, espectáculos, concertos, colóquios, conferências, mesas-redondas, intervenções de rua, arte pública e o concurso internacional, destacando-se as homenagens a Júlio Resende –apresentação de “Ribeira Negra”, com 120 metros quadrados, considerada por especialistas como a “Guer-nica” portuguesa – e a Aimé/Marguerite Maeght.

Mecenas, coleccionador, galerista em Paris e amigo de muitos artistas, Aimé criou, com a sua mulher, a Fundação Marguerite e Aimé Maeght. A neta do casal, Yoyo Maeght, apresentará uma colecção das obras da fundação, nomeadamente de Bazaine, Braque, Calder, Chagall, Chillida, Giacometti, Miró, Riopelle, Tapiés e Van Velde.

### Informações

[www.bienaldecerveira.org](http://www.bienaldecerveira.org)



## “Meninos Gordos” no Museu Soares dos Reis

Até 26 de Agosto, está patente no Museu Soares dos Reis, no Porto, uma exposição intitulada *Meninos Gordos: Contar uma História através da Faiança*.

Realizada a pensar no público infanto-juvenil, a mostra reconstitui de forma didáctica a passagem por Portugal, na década de 40 do século XIX, de dois irmãos piemonteses que, pela sua obesidade extrema (Ana pesava 129 quilogramas e Mateus 201) e altura muito superior à média para a idade (1,37 e 1,52 metros, respectivamente), causaram espanto e deram origem “a várias peças de faiança inspiradas na sua história: pratos, canecas e paliteiros, feitos por fábricas de cerâmica nortenhas” – hoje, peças raras de colecção.

Já apresentada em Guimarães, Barcelos e Esposende, *Meninos Gordos* deu origem a um livro (Campo das Letras) de Isabel Maria Fernandes, com ilustrações de Cesária Martins – o Plano Nacional de Leitura recomenda-o para o 2º ano de escolaridade.

“Vamos contar-te a história de dois irmãos muito gordos, muito mais altos e gordos do que os meninos da povoação onde viviam”, explicam as autoras, chamando a atenção dos jovens leitores: “É bom que saibas que, em tempos antigos, e ainda hoje, houve e há, pessoas muito diferentes de nós. Pessoas que têm uma cor de pele diferente da nossa, falam outras línguas, sentam-se de modo diferente do nosso, comem de outro modo e de outro modo se vestem. O mundo, para nossa felicidade, tem muitas cores, muitos meninos e meninas, muitos homens e mulheres diferentes uns dos outros. Já imaginaste se fôssemos todos iguaizinhos? Uma grande seca!”.

Maria de Lurdes Rodrigues arquivou o processo disciplinar que a Direcção Regional de Educação do Norte instaurou a Fernando Charrua. O despacho da ministra da Educação (23 de Julho) diz que “a aplicação de uma sanção disciplinar poderia configurar uma limitação do direito de opinião e de crítica política, naturalmente inaceitável”, já que as declarações do professor não se referiam a um “superior hierárquico directo”, mas ao primeiro-ministro. Nada de mais, apesar de não se perceber lá muito bem que o primeiro-ministro possa estar mais à mercê da palmatória do que um superior hierárquico directo. Mas o despacho também refere que o relatório do processo prova ter havido um insulto de Fernando Charrua a Sócrates, o que sugere uma questão: o insulto é uma variante da liberdade de expressão, aceitável enquanto direito de opinião e de crítica política?

Se for, e por maioria de razão, qualquer dia talvez possamos convidar os colegas do Ensino Superior para virem à rua insultar a ministra; em retribuição, se for caso disso, os do não Superior poderão insultar Mariano Gago. Todos exercem os seus direitos e ninguém visa o respectivo superior hierárquico...

O Ministério da Educação entregou aos sindicatos (25 de Julho) a proposta de regulamentação da avaliação de desempenho, que será classificado de “insuficiente” a “excelente”. O processo ocorrerá de dois em dois anos, e a obtenção de “bom” é condição necessária para progressão na carreira.

Cada docente terá de elaborar uma ficha de auto-avaliação que especifique as notas atribuídas aos respectivos alunos em cada um dos anos, a diferença entre estas e os resultados que eles obtenham em provas de aferição ou exames e a comparação com a média dos alunos do mesmo ano, na mesma disciplina e escola. Ufa!

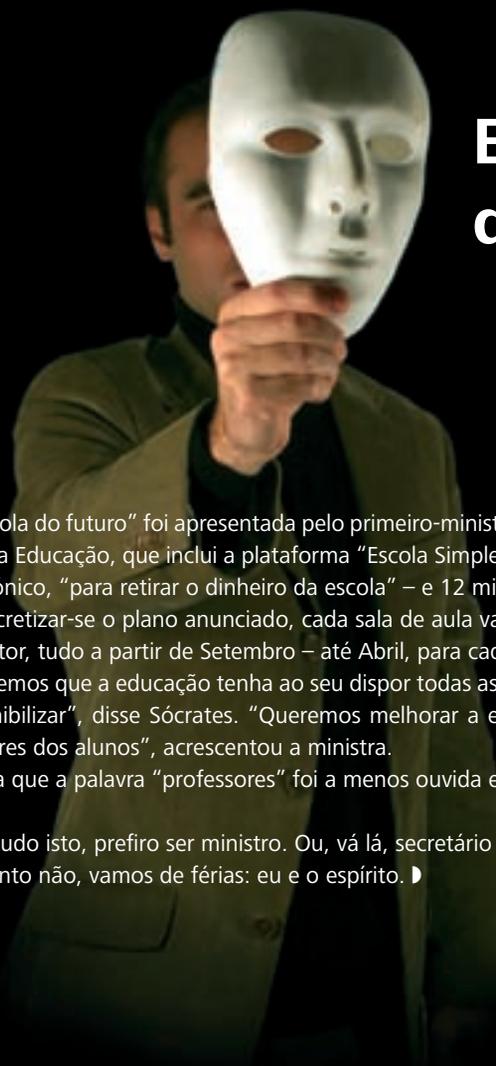
A relação pedagógica é outro factor a ter em conta, aferido pela observação de pelo menos três aulas em cada ano escolar. Ou seja, 2x(3xN milhares de docentes). Haverá observadores para tanta observação?

Assiduidade, participação em projectos e actividades, frequência de acções de formação e exercício de cargos de coordenação e supervisão, são outros elementos a avaliar.

Tudo bem avaliadinho, os avaliadores darão conta das classificações atribuídas em entrevistas individuais – ena, tantas! – com os avaliados, que poderão reclamar no prazo de 10 dias úteis.

A enquadrar esta trabalhadeira, haverá lugar à limitação das notações “muito bom” e “excelente”, a fixar para cada agrupamento por despacho conjunto dos ministros da Educação, obviamente, e de qual outro? – das Finanças, obviamente... –, tendo por referência o quê? A avaliação externa de cada estabelecimento... De truz!

A proposta não refere quem irá avaliar a salgalhada e os danos provocados nas escolas do futuro...



## Espantações do espírito

A “escola do futuro” foi apresentada pelo primeiro-ministro (23 de Julho) ao anunciar o Plano Tecnológico da Educação, que inclui a plataforma “Escola Simplex”, um cartão do aluno – com porta-moedas electrónico, “para retirar o dinheiro da escola” – e 12 mil sistemas de alarme e videovigilância...

A concretizar-se o plano anunciado, cada sala de aula vai dispor de computador, impressora e video-projector, tudo a partir de Setembro – até Abril, para cada duas salas, haverá um quadro interactivo.

“Queremos que a educação tenha ao seu dispor todas as ferramentas que a sociedade moderna pode disponibilizar”, disse Sócrates. “Queremos melhorar a escola, as práticas de ensino e os resultados escolares dos alunos”, acrescentou a ministra.

Consta que a palavra “professores” foi a menos ouvida em tão distintas intervenções...

Visto tudo isto, prefiro ser ministro. Ou, vá lá, secretário de Estado...

**António Baldaia**

Enquanto não, vamos de férias: eu e o espírito. ▶



## *nesta edição*

- a abrir
02. **Palavras...**
- editorial
03. **Pausa para meditação**
- acção sindical
- Continua o “folhetim concurso” de acesso a professor titular, agora com problemas surgidos na candidatura e na certificação de dados, sobretudo com a duplicidade de critérios perante situações idênticas. Entretanto, o Ministério da Educação recebeu mais duas condenações a pagamento das actividades de substituição como serviço extraordinário.*
05. **O concurso da vergonha (parte 2, que não a última...)**
06. **Regulamentação do ECD será como a Fenprof defendeu**
07. **Fenprof exige reparação para vítimas de injustiça (aposentação)**
08. **Tribunal volta a condenar o ME**
09. **Continua incerto o futuro dos professores de Técnicas Especiais**
10. **Professores a mais ou educação a menos?**
- do superior
11. **Tempos difíceis**
- diversos
13. **Consultório jurídico / Índice de legislação / Agenda sindical**
- notícias spn
- Corpos Gerentes do SPN fizeram balanço do ano lectivo. O horizonte é de novas lutas, com o recrudescimento da ofensiva desencadeada pelo Governo contra os sindicatos a exigir unidade e coesão internas.*
14. **Análise político-sindical**
16. **Organização e funcionamento do SPN**
18. **Metodologia para alteração dos estatutos do SPN**
- em foco
- O secretário-geral da CGTP, Manuel Carvalho da Silva, defendeu tese de doutoramento.*
20. **A centralidade do trabalho, o sindicalismo e a actualidade do marxismo**
- internacional
- Estudos realizados em França demonstram que inúmeros factores interferem na avaliação. Na Finlândia, a educação desempenha papel importante na mobilidade social ascendente – garantir a todos iguais oportunidades de educação e formação é uma premissa básica.*
22. **Para que servem as notas?**
26. **O “milagre” finlandês: capacidade de criar consensos**
- pontos de vista
28. **Bibliotecas escolares: importância e desafios**
- leituras
29. **Sucena “ensaia” Alegre**
- apostas spn
30. **Gogol Bordello em Paredes de Coura**
- a fechar
31. **Espantações do espírito**